

FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
SIMONÉSIA-MG**

Varlei de Moura Prata

MANHUAÇU
2013

VARLEI DE MOURA PRATA

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
SIMONÉSIA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial à obtenção do título em bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Assistência Social

Orientador (a): Prof^ª.: Msc. Noêmia de Fátima Silva Lopes

MANHUAÇU
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

P912a Prata, Varlei de Moura.

Análise da política de assistência social do município de Simonésia/
Varlei de Moura Prata. – Manhuaçu, 2013.

110f.

Orientador (a): Msc. Noêmia de Fátima de Fátima Silva Lopes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Centro Superior de
estudos de Manhuaçu - FACIG, Curso de Serviço Social, 2013.

1. Política de assistência social. 2. Assistência social –
Simonésia/MG. I. Título.

FACIG / BC

CDD – 361.981

VARLEI DE MOURA PRATA

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
SIMONÉSIA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial à obtenção do título em bacharel em Serviço Social.

Área de Concentração: Assistência Social

Orientador (a): Prof^ª.: Msc. Noêmia de Fátima Silva Lopes

Banca Examinadora

Data de Aprovação: 09 de dezembro de 2013.

Orientadora: Noêmia de Fátima S. Lopes

Convidada: Márcia Helena de Carvalho

Convidado: Wilson Augusto Costa Cabral

MANHUAÇU-MG
2013

*Dedico este trabalho aos profissionais que buscam em seu
dia-a-dia a construção de uma nova ordem societária.*

AGRADECIMENTO

Acima de tudo a **Deus**, pai misericordioso que sempre está ao meu lado e por me privilegiar com este aprendizado.

Aos meus Pais, que me deram toda a estrutura para que me tornasse a pessoa que sou hoje. Pela confiança e pelo amor que me fortalecem todos os dias.

Aos meus irmãos pela presença, cumplicidade e pelo amor de sempre, vocês são os melhores!!

Aos meus amigos de curso que, ao longo desses quatro anos, se tornaram verdadeiros amigos.

Agradeço aos mestres, professores que contribuíram na formação profissional transmitindo seus conhecimentos em especial minha professora Noêmia, que foi uma orientadora extraordinária, estando sempre presente, esclarecendo as minhas dúvidas, tendo muita paciência, competência, confiança, conhecimentos e principalmente pela amizade.

A meu esposo um obrigado por ter aceitado e suportado minha ausência.

Ao meu primogênito Estevão ... luz da minha vida... é por você e para você o meu melhor filho...meu eterno amor!

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta acreditaram no meu trabalho e me ajudaram no que foi preciso.

“No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo.”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a organização da Política de Assistência Social do Município de Simonésia-MG e verificar sua consonância com a legislação do SUAS, tomando como eixo analítico a legislação vigente e os teóricos que discutem a temática. A Assistência Social reconhecida como Política Pública na Constituição Federal/1988, através dos artigos 203 e 204 e firmada com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, nº 8.742 de 07/12/93, está sendo materializada através de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS porém, tem encontrado entraves que obstaculizam sua efetivação. O interesse pelo tema se dá por sua contemporaneidade e pela relevância que ocupa na esfera das políticas sociais. Desse modo, é justo abordar o assunto por buscar compreender teoricamente a política de Assistência Social brasileira, como ela tem se configurado num contexto de grande desigualdade social e de ideologias. A discussão que se apresenta ancora-se nas normativas legais da política de Assistência Social juntamente com o aporte teórico de autores que detém muito conhecimento desta temática além de informações coletadas via entrevista, questionário e pesquisa documental. Como resultado deste estudo, ressalta-se a necessidade de repensar a política de Assistência Social de forma a fortalecê-la como direito, mesmo que esteja inserida num contexto de contradições e interesses antagônicos para tanto, é imprescindível que a sociedade se aproprie dos espaços de controle social e atue como protagonista de sua história. Diante do exposto e do conteúdo que será apresentado nas páginas a seguir, espera-se que este estudo traga subsídios para o acervo do Serviço Social e demais áreas, além de suscitar algumas reflexões sobre o tema em questão.

Palavras-chave: Política de Assistência Social, Normativas Legais, Sistema Único de Assistência Social-SUAS

ABSTRAT

The present study aims to analyze the organization of social assistance policy of the Municipality of Simonésia - MG and verify their compliance with the law of ITS , taking analytical axis current legislation and theorists who discuss the topic . The Social Welfare recognized as Public Policy in the Constitution Federal/1988 , through articles 203 and 204 and signed with the Organic Law of Social Assistance - Invalidity , No. 8742 of 12/07/93 , is being materialized by a Unified Assistance social - yOUR however, has encountered obstacles that hinder its effectiveness . Interest in the subject is given by its contemporaneity and relevance it holds in the sphere of social policies . Thus , it is fair to address the issue by seeking to understand the political theory of Brazilian Social Welfare, as it has emerged in a context of great social inequality and ideologies . The discussion that has anchored the legal norms of social assistance policy together with the theoretical contribution of authors that holds a lot of knowledge of this subject as well as information collected via interviews, questionnaires and documentary research . As a result of this study highlights the need to rethink the politics of social assistance in order to strengthen it as a right , even if it is embedded in a context of contradictions and opposing interests to do so , it is imperative that society takes ownership of spaces social control and act as the protagonist of his story . Given the above and the content to be presented in the following pages, it is expected that this study has provided subsidies for the collection of Social Services and other areas , and raise some thoughts on the subject in question.

Keywords: Social Welfare Policy, Regulatory Legal, Unified Social Assistance - SUAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. PROBLEMA	14
1.2. JUSTIFICATIVA	14
1.3. OBJETIVOS	17
1.3.1. Objetivo Geral	17
1.3.2. Objetivo Específico.....	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A GARANTIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	18
2.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIL – SUAS.....	25
2.3. A ESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO BÁSICA DO SUAS	32
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	40
3.1. UNIDADE DE ANÁLISE	40
3.2. TIPO DE PESQUISA.....	41
3.3. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS	41
3.4. ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
4.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
4.2. LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	59
5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	61
APÊNDICES	64

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil
PPA - Plano Plurianual
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ATAS DO CMAS DO MUNICÍPIO DE SIMONÉSIA-MG	44
TABELA 2 – RECURSOS DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SIMONÉSIA/MG NO ANO DE 2013	52
TABELA 3- VALORES DOS REPASSES MENSAS DOS RECURSOS EM 2013	53
TABELA 4 – VALORES TOTAIS POR AÇÕES EM 2013.....	54

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG e verificar sua consonância com a legislação do SUAS. Propõe um estudo a partir da trajetória do SUAS e da implementação da política de Assistência Social que apesar de se ter percorrido um avanço significativo no que tange a legislação da política de assistência social ainda assim, como já constatado por estudos recentes vem enfrentando grandes desafios para sua efetivação.

Diante do reconhecimento legal da Assistência Social e suas conquistas, ocorreu uma mudança de paradigma na área, “De mero favor, de prática assistencialista e tuteladora a assistência social, seus serviços e benefícios passam para um campo novo, o campo dos direitos de cidadania.” (BRASIL, 2008, p.109) e, sob a responsabilidade do Estado de oferecer os serviços de proteção básica assim, impactando diretamente a vida da população que é usuária desta política.

O interesse em torno da organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG surgiu a partir da inserção no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, percebeu-se que a atuação profissional e as demandas cotidianas se restringia a uma ação imediatista ou seja, um trabalho descontínuo com as famílias obstaculizando o desenvolvimento de uma prática consistente e condizente com as normativas legais.

Como embasamento legal esta pesquisa tomará como referência as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS¹, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004² e a Norma Operacional Básica –

¹A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, foi instituída pela Lei 8.742, 7 de dezembro de 1993.

² Aprovada pela resolução 145 do Conselho Nacional de Assistência Social em 15 de outubro e publicada no diário oficial da união, 28 de outubro de 2004.

NOB/SUAS de 2005³ – que conjuntamente norteiam as ações da Política de Assistência Social, nas normativas legais da Assistência Social Brasileira. O aporte teórico para este estudo está fundamentado principalmente nas análises de Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yazbek, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Raquel Raichelis entre outros. Sem dúvida são autoras que detêm conhecimento e propriedade na área e cujas produções, ideias e até mesmo intervenções tornaram-se referência quando o que se está em questão é a Política de Assistência Social.

Neste sentido, o recorte temporal deste estudo será a partir do ano de 1988, ano da elaboração da Constituição Federal, conhecida também como Constituição Cidadã, considerada como uma das maiores conquistas da sociedade brasileira. Neste momento a assistência Social deixa o campo do assistencialismo para o campo da Política Pública, ou seja, a assistência assim posta é reconhecida como direito, universalização de acessos e de responsabilidade do Estado compondo com a Política de Saúde e a Previdência Social, o tripé da Seguridade Social Brasileira.

A Constituição Federal de 1988 inscreveu a assistência social como política pública no âmbito da seguridade social, proporcionando proteção à população brasileira por meio de uma série de medidas públicas contra privações econômicas e sociais, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. (BRASIL, 2010, p.36)

Se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a responsabilidade de proteção do cidadão, por outro, temos grandes desafios como, por exemplo, a cultura política que tanto influencia na efetivação dos direitos, acresce-se a esta realidade a precarização do trabalho, entre outros.

Desta forma, para a realização deste estudo, bem como responder a questão levantada, tem-se a estruturação desse trabalho que além da parte introdutória, conta com um capítulo, subdividido em três tópicos, análise dos dados e considerações finais. Logo, o primeiro capítulo destina-se a uma aproximação

³A Norma Operacional Básica, aprovada em 15 de julho 2005, disciplina a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS.

com a temática expondo um breve resgate da trajetória da política de Assistência Social tendo como recorte temporal o ano de 1988, o qual a Assistência Social deixa o campo do favor, da caridade para se tornar um direito de todos e de dever do Estado além de, discutir o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e a proteção básica.

Na sequência tem-se a apresentação do processo de construção da política nacional de Assistência Social no Brasil e a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS bem como, seus avanços e entraves e após discorre-se da Proteção Básica no SUAS.

No próximo tópico, todas as atenções se voltam para a análise das informações coletadas – através do questionário, da entrevista e da pesquisa documental amparada em autores que compõem o referencial teórico desse estudo.

Os principais eixos dessa análise vão considerar a implementação do SUAS no município, bem como os instrumentos de gestão, a aproximação do conhecimento legal com os recursos humanos, entre outros.

É fundamental compreender o processo contraditório de implementação do SUAS em um contexto macro de políticas neoliberais inserido em uma cultura política conservadora ainda impregnada de ações e práticas focalistas, desorganizadas e muitas vezes distante do que preconiza a legislação.

Finalizando, as considerações finais tecem uma reflexão partindo da realidade particular do município o qual necessita de uma maior aproximação com as bases legais da política de Assistência Social e um investimento no setor de recursos humanos para uma melhor otimização dos serviços bem como, ser de fato a porta de entrada dos usuários da política aos serviços ofertados os quais são garantidos por lei.

1.1. PROBLEMA DA PESQUISA

O Serviço Social Brasileiro possui momentos importantes, vem escrevendo sua história repleta de avanços e desafios. Colaborar para melhoria de sua execução tem sido um compromisso da categoria dos assistentes sociais que buscam e lutam para que a Política de Assistência Social se efetive como um mecanismo de proteção aos usuários e que possua equipamentos capazes de viabilizar e garantir de direitos.

Vivenciando a experiência no campo de estágio notou-se a existência de limites institucionais e diante destas observações, questionamentos, dúvidas e até mesmo angústias foram inevitáveis, assim sendo, manifestou-se a necessidade de obter respostas às inquietações que surgiram no decorrer do estágio supervisionado.

Inserida no dia-a-dia da instituição percebeu-se atuações que deixaram margens para incertezas, portanto, diante de tais inquietações levou-se o seguinte questionamento: “A forma de organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG atende às exigências das normativas do SUAS?”

Couto *et al* (2011, p.116) “[...] afirma que há muitos que desconhecem o conteúdo e as normas que regem as políticas e os meandros do funcionamento da burocracia da área, o que dificulta a discussão com interlocutores mais capacitados nesses saberes [...]” afetando diretamente o usuário da política social. Desta forma, é vital obter o domínio sobre esta política para assim, favorecer a sua eficácia e efetividade na vida da população.

1.2. JUSTIFICATIVA

O trabalho busca analisar a organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG e verificar sua consonância com a legislação do SUAS, assim como compreender seu processo de implantação e desenvolvimento, contribuindo desta forma, para um maior esclarecimento da trajetória da Política de Assistência Social e divulgação das informações no que

tange as normativas legais que orientam e direcionam as ações de cunho social no âmbito da assistência.

A importância agregada a esta análise se dá de forma a cooperar com a ampliação e divulgação das informações não somente para a equipe que se encontra envolvida com a Política de Assistência Social, mas também toda a população que é usuária da política.

Entende-se que as intervenções fundamentadas nas normativas e diretrizes do SUAS contribuem para eliminar limitações advindas da falta de informação e de acesso a política de assistência social, pois, oferece um serviço sistematizado e possibilita a organização da política de forma macro. Como afirma Couto (*et al* 2011,p.62) “[...] quanto mais qualificados os servidores e trabalhadores da assistência social, menos sujeitos à manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais[...]”

O estudo realizado poderá contribuir para análise da forma de organização da política de Assistência Social no município de Simonésia/MG bem como, relembrar o trajeto percorrido pela Assistência Social até o momento, enfatizando a importância do conhecimento deste histórico repleto de desafios e conquistas.

Apresenta-se como um tema de extrema relevância para aqueles que discutem a temática, servindo de subsídio também para à categoria de Assistentes Sociais, pois a cada dia tem crescido o número de profissionais de Serviço Social na gestão e execução da política de assistência social, inseridos nos programas e projetos sociais. E, por fim, acredita-se que este estudo poderá contribuir para aqueles que interessam aprofundar o conhecimento sobre o tema.

Constata-se que faz-se necessário obter este conhecimento independente da condição de estar atuando diretamente com a política, pois, quando não se domina com propriedade a discussão da política e da legislação, certamente a busca pelas respostas às questões sociais ficará comprometida, se configurando então num obstáculo sem perspectiva de soluções.

E na mesma perspectiva, contribuirá para a formação profissional uma vez que, é imprescindível adquirir este conhecimento para que, a efetivação dos serviços vise à proteção da população contra os riscos sociais e vulnerabilidades, também é válido ressaltar que, trazendo a análise da assistência social assegurada como direito também poderá colaborar para a ruptura da visão assistencialista e caritativa que ainda hoje apresenta uma forte presença na sociedade para desta forma, superar paulatinamente este entrave.

“[...] a trajetória de assistencialismo e filantropia ainda arraigadas nos municípios brasileiros tem se constituído num entrave a capacidade de construção de uma estrutura condizente com a implementação do SUAS.”(COUTO *et al* , 2011, p.91) Se levarmos em conta, somente as normativas sem uma análise da realidade concreta com certeza, não se obterá um resultado condizente, pois, legalmente falando a proteção social da população brasileira está assegurada, porém, fica restrito apenas ao campo da legalidade, ou seja, se não houver o “fazer-valer” em vão serão os direitos conquistados arduamente.

[...] uma ação política devido à importância de tornarmos públicas informações de qualidade (indicadores de monitoramento e avaliação, resultados de programas, projetos, benefícios e serviços) para que usuários da assistência social e a própria sociedade possam influenciar nos rumos da política, fortalecendo a cultura de transparência, de prestação de contas e de controle social na administração pública. (CARVALHO, 2009, p.75)

Fica, portanto, o desafio aos profissionais inseridos na Assistência Social bem como, de toda a população de se aperfeiçoar e buscar ampliar o conhecimento afim de, obter um conhecimento claro da política de proteção e logo poder cobrar sua efetivação frente ao Estado, cooperando com uma cidadania consciente e participativa haja vista que, a verdadeira cidadania está atrelada a universalização do acesso, equidade, justiça social e políticas sociais como direito e encontra-se inserida numa conjuntura repleta de interesses antagônicos, ou seja, num terreno de contradições, portanto, cabe a toda população enfrentar o incansável desafio da consolidação da igualdade de direitos e da equidade social.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar a organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG e sua consonância com a legislação do SUAS.

1.3.2. Objetivos Específicos

- ✓ Analisar as diferentes estratégias adotadas pelos municípios para implantação do SUAS;
- ✓ Identificar os desafios e os entraves postos na efetivação Política de Assistência Social no município de Simonésia;
- ✓ Verificar se os objetivos e metas da proposta pelo SUAS são alcançados ou não e por quê.
- ✓ Identificar o nível de conhecimento da equipe de trabalho da secretaria e do CRAS sobre a política de assistência social.
- ✓ Contribuir com a reflexão da atuação do Serviço Social na instituição como componente fundamental dos equipamentos do SUAS;
- ✓ Contribuir para ampliação do conhecimento em torno das normativas legais do SUAS;

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A GARANTIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A fundamentação teórica desse estudo encontra-se na legislação vigente, normas e diretrizes preconizadas pelo Sistema Único da Assistência Social e baseado principalmente nas análises de Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yazbek, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Raquel Raichelis entre outros, na Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS, na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS entre outros. Como eixo de análise inicial destaca-se a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco importante, à medida que reconhece o direito à assistência social, inovando a sua concepção ao incluir a mesma no âmbito da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência.

A partir de 1930, o Estado passa a incorporar ações de assistência aos trabalhadores em função da expansão do capital e pelo aumento da miséria atrelada a classe proletária, sob duas condições a primeira de enfrentar politicamente a questão social e em segundo para oferecer possibilidades de melhoria as condições de vida dos trabalhadores.

Neste período a pobreza ainda não era reconhecida como questão social⁴ e sim caso de polícia deste modo o Estado atuava com coerção, porém, com

⁴ Iamamoto conceitua a questão social como [...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do „trabalhador livre“, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001:16, 17).

decorrer destas mudanças históricas a classe trabalhadora organizou-se e lutou por um sistema de proteção social.

Assim sendo, em 1942 a Assistência passa a se organizar como política social durante o governo de Getúlio Vargas, quando do surgimento da Legião Brasileira de Assistência – LBA e sobre a qual Sposati afirma que:

[...] Aqui a Assistência Social como ação social é ato de vontade e não de direito de cidadania. Do apoio as famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação as famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da decorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social. (SPOSATI, 2007, p.20)

Posteriormente, a trajetória da assistência social brasileira vem sofrendo mudanças em seu paradigma, traçando um novo perfil de direcionamento logo, uma importante conquista se deu no ano de 1988 com a Constituição Federal.

Sustentada por décadas na matriz do favor, clientelismo e do apadrinhamento a Assistência Social tem seu quadro alterado em 1988 com a promulgação da Carta Magna, com isso deixa de ser uma ação voltada para a caridade e assume o papel de política pública. Segundo Madeira (2006), o usuário da assistência era visto como “assistido”, “favorecido” e não como cidadão, que tinha direito a utilizar os serviços ou ações de Assistência Social oferecidas pelas entidades assistenciais.

A Política de Assistência Social passa a ser reconhecida como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. Segundo Iamamoto e Carvalho (1987, p.59), “Trabalhar a Assistência Social como cidadania, entendida dentro do discurso liberal, significa assumir a ideia do Estado como espaço de solução”.

Assim sendo, a inclusão da assistência social como política de seguridade social é resultado da luta de movimentos que aconteceram na sociedade brasileira ao longo dos anos, (Gonçalves 2003), principalmente, pela categoria dos assistentes sociais e de outros trabalhadores da área de assistência social, que defendiam que é de responsabilidade do Estado propor uma política que reconheça as necessidades sociais como uma questão pública.

Logo, a partir da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social passou a compor o tripé da seguridade social⁵ tornando-se um direito e dever do Estado assim sendo, era necessária uma lei que a regulamentasse.

De acordo com Raichelis

[...] Apesar das dificuldades de consolidar essas definições na prática concreta dos agentes e instituições, a conceituação da assistência social como política pública ganha destaque num campo tradicionalmente imbricado com as ações de benemerência e da filantropia. (RAICHELIS, 2007, p.39)

Iamamoto (1999) reafirma que, a seguridade social reconhecida pela Carta Constitucional de 1988 como política pública, apoiada no tripé da saúde, assistência social e previdência constituem espaço privilegiado dos assistentes sociais. A área de saúde lidera a absorção de assistentes sociais, em decorrência de implantação do Sistema Único de Saúde, estando seguida da assistência, previdência, educação e trabalho.

Tendo como exemplo somente a política de assistência social, notaremos que após a promulgação da constituição um amplo processo de debates e lutas no interior da sociedade foi travado para que a constituição fosse regulamentada.

Com isso, cinco anos após a Carta Constitucional, em 7 de dezembro de 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742/93 que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas, critérios e objetivos.

[...] o Estado brasileiro passa a reconhecer a assistência como parte de um sistema mais amplo de proteção social, de modo que sua articulação com as demais políticas torna-se obrigatória e indispensável, sendo condicionada, mas também condicionando as políticas sociais governamentais (BOSCHETTI, 2003, p. 77).

Um atributo significativo da assistência social é seu caráter não-contributivo, segundo o MDS (2009, p.22) “ A característica de não contributiva quer dizer que não é exigido pagamento específico para oferecer a atenção de um serviço, como ocorre no atendimento em uma unidade básica de saúde[...]”

⁵O tripé da Seguridade Social é composto pela Assistência Social, Saúde e Previdência Social. De acordo com Capacita SUAS (2008,p.99) “[...]a noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades pessoais e sociais.

Como enfatiza Boschetti (2003), a partir desse momento pelo menos no plano legal, buscou-se romper com aquelas práticas assistencialistas, caritativas e de benevolência que historicamente, tem marcado a realidade brasileira.

Como afirma Yazbek,

Inegavelmente a LOAS não apenas introduz novo significado para a Assistência Social, diferenciando-a de assistencialismo, situando-a na política de seguridade, voltada a extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados, mas também aponta a centralidade do estado na universalização e garantia de direitos de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da Assistência Social no país, sob a égide da democracia e da cidadania.(YASBEK,1997,p.10)

Portanto, a LOAS foi fruto da articulação dos movimentos sociais que se organizaram com o intuito de revigorar a concepção da assistência social e da democracia, colocando a proteção social como função governamental e como política pública.

No entanto, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS apresentou-se insuficiente, embora tenha detalhado mais as funções da assistência social que a própria LOAS, uma vez que foi elaborada num período de maior assimilação desta Política enquanto direito. Nos marcos desse processo normativo, os procedimentos operacionais dessa PNAS foram disciplinados pelas Normas Operacionais Básicas de 1997 – NOB/97 e de 1998 – NOB/98.

Em 1997 é editada a Norma Operacional Básica (NOB) que conceitua o sistema descentralizado e participativo, amplia o âmbito de competência dos governos Federal, municipais e estaduais e institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município poder receber recursos federais. Sob a ótica da descentralização, a PNAS considera o Conselho, o Plano e o Fundo de Assistência Social como elementos fundamentais na gestão da Política Pública de Assistência Social. Assim, os municípios tornaram-se responsáveis pela gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais (BRASIL, 2005).

Sabe-se que os conselhos são *lócus* de exercício do controle democrático, constituem em um grande avanço para a política de assistência social, pois são essenciais para a consolidação dessa esfera pública são paritários, ou seja,

composto pela sociedade civil e governo que são os responsáveis pela deliberação e fiscalização da Política de Assistência Social e de seu financiamento; aprovação dos planos de assistência social; apreciação e aprovação da proposta orçamentária, acompanhamento na execução do fundo de assistência social entre outras (BRASIL, 2004).

A definição constitucional da assistência social como política pública geradora de direitos possibilitou que sua construção fosse acompanhada por mecanismos institucionais de democratização e de controle social, como são os conselhos e as Conferências de Assistência Social, instrumentos que se inserem no campo de definição da responsabilidade pública (RAICHELIS, 2007, p.39).

É importante destacar que, uma das atribuições dos conselhos consiste em reforçar e divulgar a população que a Assistência Social é um direito e não um favor. Nesta perspectiva entendemos então, que o papel desempenhado pelos conselhos é de suma relevância para as Políticas Sociais, o que permite assegurar além do atendimento às necessidades sociais a universalização dos direitos sociais.

Como afirma Raichelis “Os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governo e cidadãos, e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública”. (RAICHELIS, 2008, p.83).

Os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização aprovação da proposta orçamentária para a área e do plano de aplicação do da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; a aprovação do plano; a apreciação e fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos. Os conselhos, ainda, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços de assistência social prestados pela rede socioassistencial, definindo os padrões de qualidade de atendimento, e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros (artigo 18, da LOAS). (PNAS, 2004, p.44).

A ausência do conselho e seu funcionamento como preconizado implica diretamente no não recebimento dos recursos do orçamento destinados à área social do município, pois se tornou exigência no âmbito estadual e municipal.

Entretanto, concordamos com Raichelis (2000) ao afirmar que apesar dos desafios e das dificuldades que perpassaram a criação dos Conselhos de Assistência Social, estes representaram a concretização de um dos principais

mecanismos democratizadores propostos pela Lei Orgânica de Assistência Social.

O Plano de Assistência Social, por sua vez, é um instrumento de planejamento estratégico, sendo responsável por organizar, regular e nortear a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. No entanto, esse Plano deve estar em consonância com o Plano Plurianual ⁶(PPA) do município que é realizado de quatro em quatro anos e submetido à aprovação do Conselho de Assistência Social.

Já o Fundo de Assistência Social é responsável pela alocação dos recursos destinados ao financiamento das ações da política de Assistência Social (BRASIL, 2005). Para manter a continuidade e a regularidade na transferência dos recursos foram criados os Fundos de Assistência Social garantindo assim, a autonomia dos estados e municípios na gestão dos recursos transferidos e o co-financiamento das ações e dos serviços prestados pelas três esferas de gestão.

Os recursos que compõem os fundos são recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência, dotações orçamentárias do município, doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais e de organizações governamentais e não-governamentais, receitas de aplicações financeiras do fundo; receitas provenientes de alienação de bens móveis da União e transferência de outros fundos (PNAS, 2004).

A implantação e o funcionamento do fundo é uma exigência legal para o processo de descentralização da Política de Assistência Social, além de permitir maior visibilidade da aplicação de todos os recursos destinados às

⁶Conforme Segplan (2013), o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo, produtos a serem entregues à sociedade, etc.

ações de Assistência Social, também produz informações qualificadas para o processo de monitoramento e avaliação do gasto público e para o exercício do controle social pelos Conselhos de Assistência Social (BRASIL, 2004).

O repasse de recursos na área da assistência é transferido fundo a fundo, de forma regular e automática. Essa transferência direta do Fundo Nacional de Assistência Social⁷ (FNAS) exige que Estado e Municípios estejam “enquadrados”. Ou seja, estar “enquadrado” significa que nesses Estados e Municípios deve existir e estar em pleno funcionamento o Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; o Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social e o Plano de Assistência Social (BRASIL, 2004).

No ano seguinte, foi aprovada a NOB/98, responsável por ampliar a regulação da PNAS de 1998, estabelecendo o fluxo de recursos e processo de habilitação dos gestores estaduais e municipais. Assume ainda competências para as comissões e órgãos de controle social.

É preciso destacar outro passo importante dado pela Assistência Social do Brasil em 2003: a IV Conferência Nacional de Assistência Social que dentre as deliberações indicou a elaboração da PNAS também deliberou a construção e implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁸, que em 2005 teve suas bases de implantação consolidadas por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que apresenta de forma clara as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação.

⁷É um fundo criado em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social para financiar as ações governamentais da área de assistência social, que incluem: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

⁸O SUAS não é um programa, mas uma nova ordenação da gestão da assistência social como política pública [...] é uma forma pactuada que refere o processo de gestão da assistência social, antes de iniciativa isolada de cada ente federativo, a uma compreensão política unificada dos três entes federativos quanto ao seu conteúdo (serviços e benefícios) que competem a um órgão público afiançar ao cidadão (SPOSATI, 2005, p.111)

2.2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

A aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004 veio solidificar um novo modelo de gestão da assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o concebendo como um sistema contemporâneo que estabelecerá a regulação e organização, em todo o território nacional das ações socioassistenciais (BRASIL, 2004).

No entanto, embora essas ações sejam identificadas, é possível observar avanços apenas com o surgimento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004⁹ e da Norma Operacional Básica, em 2005, em que se verifica um processo de mudança de paradigmas referente à operacionalização da Política de Assistência Social.

De acordo com Couto (2011), a PNAS-2004 vai apontar as diretrizes para a execução da Assistência Social como direito e de encargo ao Estado, sustentada por gestão compartilhada regulada no pacto federativo.

A PNAS tem por finalidade:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para família, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;
- Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (COUTO *et al*, 2011 apud MDS/PNAS, 2004, p.39)

Portanto, o propósito que a PNAS apresenta não deixa dúvidas que a proteção do usuário e a garantia dos seus direitos sejam assegurados visando o bem estar e o vínculo familiar, porém, observando a realidade brasileira são perceptíveis deficiências institucionais que poderão repercutir diretamente na

⁹A versão definitiva da nova PNAS foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 22 de setembro de 2004. Seu texto final constitui o anexo I da resolução nº 145 do CNAS, de 15 de outubro de 2004.

vida da população usuária da política de assistência comprometendo sua efetivação.

Conforme Sposati (2006) a construção do SUAS resultou do acúmulo gerado por experiências municipais, por estudos e pesquisas na academia, pela luta do Fórum Nacional de Assistência Social e seus respectivos fóruns locais, pela luta da categoria dos assistentes sociais e pelas experiências do efetivo controle social.

O SUAS é, pois, uma realidade em movimento com ritmos e alcances heterogêneos. Sua implementação integra um processo dinâmico que se instala nos municípios e estados brasileiros, introduzindo deslocamentos e mudanças significativas nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle público [...] (COUTO *et al*, 2011,p.93).

O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política, as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.

Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: Matricialidade Sócio-Familiar, Descentralização político-administrativa e Territorialização. Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, Financiamento, Controle Social, O desafio da participação popular/cidadão usuário, A Política de Recursos Humanos e A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (BRASIL, 2005).

Segundo a PNAS (2004) a matricialidade Sócio-Familiar tem a família entendida como principal agente da socialização primária e de *lócus* privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, da proteção e do cuidado de seus membros, certamente foi determinante para sua primazia na concepção e implementação da política de assistência social, posto que, para assumir esse papel que lhe é socialmente atribuído, faz-se necessário que ela seja alvo de atenção pelo Estado.

Conforme referencia Sposati (2009, p.89) “Conjecturamos que pensar a matricialidade sociofamiliar significa compreender o momento e a situação social da família, com a perspectiva de gerir tais aspectos a partir de suas especificidades”.

Assim sendo, o formato de família que se fala na política de assistência social compreende relações estabelecidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade logo como afirma a NOB-SUAS não existe família enquanto modelo idealizado e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias e o objetivo principal de se ter a família como central é prevenir risco social e/ou pessoal, fortalecendo seus vínculos, ou seja, preservando os laços familiares, promovendo a inclusão nas políticas públicas e tendo em vista o desenvolvimento de suas potencialidades.

A descentralização aliada à estratégia da territorialização permitiria à redistribuição do poder, o deslocamento dos centros decisórios, a tomada de decisão mais próxima do local onde reside a população, a considerar as demandas e as desigualdades socioterritoriais, enfatiza também a importância da autonomia do município para gerenciar as ações conforme as demandas do território.

Yazbek coloca que,

A descentralização contribui para o reconhecimento das particularidades e interesses próprios do município e como possibilidade de levar os serviços para mais perto da população. (...) [e] a municipalização aproxima o Estado do cotidiano de sua população, possibilitando-lhe uma ação fiscalizatória mais efetiva, permite maior racionalidade nas ações, economia de recursos e maior possibilidade de ação intersetorial e interinstitucional (YAZBEK, 2004, p.16).

A descentralização é expressa pela exigência da efetiva consolidação dos conselhos, planos e fundos da assistência social em cada esfera de governo.

[...] ao desencadear o processo de descentralização entre as esferas de governo, tornou os municípios autônomos e independentes no plano político-institucional, não se limitando só ao reordenamento estatal, mas valorizando o poder local e a participação popular como fundamentos da prática democrática, reconquistada após as décadas de autoritarismo. (BRASIL, 2008, p.17)

As novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil também foram alteradas, o Estado tem a primazia da responsabilidade na condução da política sendo que, a sociedade civil tem o papel de complementar esta condução na oferta de serviços. Esta relação visa à ruptura da superposição, paralelismo de ações, com dispersão de recursos humanos, matérias e financeiros por meio da formação de redes.

No que diz respeito ao financiamento da Assistência Social, este é feito com recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como, por contribuições sociais pagas pelas empresas e pelos trabalhadores, além de percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos ou loterias administrados pela Caixa Econômica Federal. No âmbito da União, esses recursos são alocados no Fundo Nacional de Assistência Social. Nos Estados, Distrito Federal e Municípios, os recursos vão para os respectivos Fundos de Assistência Social.

O Fundo Nacional de Assistência Social é responsável pelo pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos idosos e aos portadores de deficiência carentes, bem como pelo apoio financeiro aos programas e projetos de Assistência Social executados pelos Estados, DF e Municípios. Para que recebam recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar-se, criando o Conselho e o Fundo de Assistência Social e elaborando o Plano de Assistência Social (BRASIL, 2005).

De acordo com, cada estado e município e no Distrito Federal, deve ser criado o próprio Fundo de Assistência Social. Para esses fundos são transferidos recursos orçamentários da União, com vistas ao co-financiamento dos programas e projetos de Assistência Social. Os Estados também devem repassar recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, cumprindo a sua responsabilidade no co-financiamento de programas e projetos e do pagamento do auxílio natalidade e do auxílio-funeral (BRASIL, 2005).

O controle social este se efetiva através da participação popular no processo de gestão político-administrativa, financeira e técnico operativa com caráter

democrático e participativo. A PNAS/2004 reafirma os conselhos e conferências enquanto locus privilegiado de participação e controle social. Os conselhos de Assistência Social são paritários, ou seja, têm um mesmo número de representantes do governo e da sociedade civil. Com relação ao controle social da política social de assistência social, a PNAS define:

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativo-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais. (BRASIL, PNAS, 2005, p.51)

O controle social não deve ser apenas burocrático e de validação do gestor, pois de fato, ele está vinculado ao órgão gestor da política, mas, não significa, contudo que estará submetido a ele, nem este ao conselho este espaço conquistado é alimentado por debates, discussões, deliberações com o propósito de melhoria na qualidade de vida da população.

É fundamental ter plano de ação e orçamento específico para a manutenção e aperfeiçoamento de sua função, bem como ter uma articulação com os demais conselhos e enfatizando que, o domínio de informações e a capacitação para o exercício da função será decisivo para uma efetivação eficaz.

No que se refere ao desafio da participação popular/cidadão a PNAS destaca a importância desse tipo de participação, a partir da lógica da representação destacando que a participação na atualidade se efetiva de forma dispersa e desorganizada por usuários subrepresentados. Assim, a PNAS/2004 aponta reflexões sobre as possíveis causas da frágil participação:

A primeira delas sobre a natureza da assistência social, que só em 1988 foi elevada a categoria de política pública. A concepção de doação, caridade e favor, bondade e ajuda que, tradicionalmente, caracterizou essa ação, reproduziu usuários como pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes “*assistiam*” e se pronunciavam em seu nome. Como resultado, esse segmento tem demonstrado baixo nível de atuação propositiva na sociedade, e pouco participou das conquistas da Constituição enquanto sujeitos de direitos. A segunda a ressaltar é a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que envolva esses atores da política de assistência social. (BRASIL, 2004, p.52).

Como afirma Brasil (2008) à participação popular nos espaços públicos é vital para o estabelecimento de novas relações entre gestores, trabalhadores e usuários, e para dinamizar e democratizar a interlocução no âmbito da gestão do SUAS, irrigando o cotidiano dos serviços socioassistenciais com a presença fortalecida daqueles em nome dos quais a assistência social busca reconhecimento e legitimidade.

O estímulo ao envolvimento dos usuários deve avançar na direção de conferir maior visibilidade e transparência às suas reivindicações e expectativas, mediante presença ativa e direta, devolvendo a palavra e a ação aos sujeitos de direitos da assistência social, o que significa fortalecer canais de vocalização e participação, garantindo suporte para as representações populares, que via de regra, não conta com recursos materiais e de poder para viabilizá-las. (BRASIL, 2008, p.71)

Sobre o eixo Política de Recursos Humanos, a configuração da política aponta a necessidade de definição de funções qualificadas, bem como de estrutura adequada, objetivando a qualidade da intervenção social dos trabalhadores, referenciando a necessidade de uma Norma Operacional Básica para a área de Recursos Humanos tendo em vista a construção do SUAS.

Logo,

[...] a temática dos recursos humanos tem sido apontada como condição prioritária para o desenvolvimento da política pública, uma vez que o cenário social revela constantes transformações no mundo do trabalho com implicações diretas na vida de toda sociedade, sobretudo aos segmentos em situações de risco e vulnerabilidades sociais e pessoais. (BRASIL, 2008, p.8)

De acordo com, NOB-RH/SUAS (2010, p.12-13) integra a NOB-RH/SUAS uma política de capacitação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, respeitada as diversidades regionais e locais, e fundamentada na concepção da educação permanente.

Aprovada em 2006 a NOB-RH/SUAS tendo em vista a desprecarização do trabalho no SUAS, sendo que para tanto define as diretrizes e princípios para a gestão do trabalho, fazendo também referência ao protagonismo do usuário da assistência social.

Nesse sentido, entre os princípios éticos, localizamos um item que menciona o incentivo aos usuários para a participação em fóruns, conselhos, movimentos sociais, cooperativas populares. De acordo com Sposati (2006, p.104) “Recursos humanos na gestão da assistência social é matéria prima e processo de trabalho fundamental. A assistência social não opera por tecnologias substitutivas do trabalho humano”.

Ressaltando que, a tendência segue sendo a lógica da representatividade, muito embora a NOB-RH/SUAS avance um pouco ao referenciar o incentivo aos movimentos sociais e cooperativas populares. Porém, trata-se na gestão do trabalho, de incentivar, de modo que não toma como referência central o protagonismo popular e os movimentos e organizações dos trabalhadores, bem como lutas sociais nos territórios a estruturarem a política de assistência social.

Por mais que a gestão da assistência social esteja incorporando tecnologias de informação e comunicação, e esse é um processo que tem avançado enormemente com a implantação da Rede SUAS, embora ainda tenha muito a caminhar, o “núcleo duro” das atividades depende das dimensões técnicas, éticas e políticas do trabalho desempenhado por seus profissionais. (BRASIL, 2008, p.35)

Quanto a Informação, Monitoramento e Avaliação, a PNAS/2004, ressalta-se a importância das inovações tecnológicas, bem como a necessidade de elaborar e implementar planos, objetivando monitorar e avaliar as medidas socioassistenciais. Para tanto, o sistema oficial de informações deve proporcionar “a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação dos sistemas e a realização dos estudos, pesquisas e diagnósticos.” (BRASIL, 2004, p.56).

O conhecimento sobre a política deve aliar-se ao conhecimento sobre a dinâmica territorial e o público-alvo da intervenção. A partir dessa articulação, é possível gerar instrumentos de monitoramento e avaliação mais próximos do trabalho social desenvolvido pelas equipes técnicas nos seus respectivos territórios e da realidade das famílias envolvidas nos CRAS (CARVALHO, 2009, p.83).

Em síntese, o desenho que a PNAS apresenta revela que a direção que se segue busca o enfrentamento ao histórico repleto de obstáculos herdado pela Assistência Social e o controle social por meio da participação ativa da sociedade, contudo, os desafios para que estes eixos sejam materializados é de responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade civil visto que,

legalmente já estão concretizados tais eixos, mas, a realidade revela que há muito que se concretizar.

A PNAS estabelece a Assistência Social como Proteção Social não contributiva e direciona as ações pautada sempre no direito e no atendimento as necessidades do cidadão. Assim, “[...] à lógica de estruturação da Proteção Básica a ser ofertada pela Assistência Social, é apresentada em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de alta e média complexidade) [...]” (COUTO *et al*, 2011, p.41).

2.3. A ESTRUTURAÇÃO DA **PROTEÇÃO BÁSICA DO SUAS**

A proteção Social Básica apresenta caráter preventivo e processador da inclusão social visando combater situações de risco e vulnerabilidade social. Tem como objetivos “prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (COUTO *et al*, 2011,p.42).

São diversos os fatores que configuram situações de risco e vulnerabilidade social: a ausência ou precariedade de renda; o desemprego e o trabalho informal e inseguro; o acesso frágil ou inexistente aos serviços sociais públicos; a perda ou fragilização de vínculos de pertencimento e de relações sóciofamiliares; as mais diversas discriminações e preconceitos a que estão sujeitos indivíduos, famílias, coletividades, grupos e classes sociais. (BRASIL, 2008, p.45).

Conforme MDS (2009), na proteção social básica oferta três serviços: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Assim sendo, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Trata-se de uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

E oferta-se também o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários.

Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

Como determina a Política, a Proteção Básica fica a encargo do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e de outras unidades básicas e públicas de assistência social. Como definido na PNAS, são considerados serviços de proteção básica aqueles que têm a família como unidade de referência, ofertando um conjunto de serviços locais (BRASIL, 2004).

O CRAS tem por propósito ser uma referência local de assistência social, que oferta e coordena as redes e ações que vão prevenir as situações de risco, tanto do sujeito como da família, com um trabalho que fortaleça os vínculos familiares e comunitários e garanta a sua cidadania. Desenvolve atividades com a família no fortalecimento dos vínculos e também a capacidade de autonomia, para a superação e / ou enfrentamentos das situações de risco.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, “superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (BRASIL, 2004, p.35).

Uma das finalidades da proteção básica é incentivar a participação de uma forma que os sujeitos se tornem protagonista de suas vidas e busquem a manutenção dos vínculos com a família, como cidadãos reconhecendo seus direitos.

Desta forma, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é o mediador desta política de proteção social que também é responsável pela oferta do Serviço de Atenção Integrada às Famílias - PAIF. Assim, a atuação do CRAS é com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar. Além disso, encaminha as famílias para os serviços de assistência local.

O PAIF objetiva promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários a partir de uma equipe multiprofissional que deve informar e orientar a família na perspectiva da garantia de direitos, sua inserção nos serviços sócio-assistenciais da rede de proteção social básica.

Todo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em funcionamento desenvolve, obrigatoriamente, a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território e oferta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF independentemente da(s) fonte(s) de financiamento (se municipal, federal e/ou estadual) (PNAS, 2004, p.29).

Além do PAIF, oferta obrigatória e exclusiva do CRAS, outros serviços socioassistenciais de proteção social básica podem ser implementados nessa unidade, desde que haja espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos compatíveis.

Assim sendo, conforme a NOB/SUAS constituem espaços que o CRAS deve dispor: recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo, sala administrativa, copa e banheiros, além disso, é importante que todos os ambientes do CRAS sejam providos de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza. Os espaços devem expressar a cultura local, de forma a estimular a expressão e o sentimento de pertença das famílias usuárias do CRAS (NOB/SUAS 2005).

No que se refere a equipe de referência conforme NOB/SUAS (2005) são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

Logo, a equipe de referência para os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, um assistente social, um psicólogo, um auxiliar administrativo, um auxiliar de serviços gerais e eventuais estagiários.

Para o exercício profissional da equipe técnica do CRAS além do conhecimento teórico é vital obter o conhecimento da legislação social, pois esta será o suporte para a execução dos serviços, assegurando assim os direitos da população usuária da política de assistência social logo entre tais legislações podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da assistência Social – LOAS/1993, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, a Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso, a Política Nacional de

Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989, a Legislação Federal, Estadual e Municipal que assegura direitos das pessoas com deficiência, a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS/2005, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB RH/2006 entre outros.

Quanto aos serviços de proteção básica segundo a PNAS (2009) são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração do mercado de trabalho, tais como: Programa de Atenção Integral a família, programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento a pobreza, centro de convivência para idosos, serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem o fortalecimento de vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças, serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção sua socialização e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; programa de incentivo ao protagonismo infantil, e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; centros de formação e educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos.

De acordo com a Tipificação Nacional,

Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social (TIPIFICAÇÃO NACIONAL, 2009, p.6).

É importante ressaltar que os serviços desenvolvidos nos CRAS funcionam em parceria com a rede básica de ações e serviços próximos à sua localização. Ainda que, o CRAS represente um instrumento importante para a prevenção de vulnerabilidade social é necessário relevar que,

[...] o CRAS é uma unidade estatal recente. Por isso, não possui ainda todas as condições para uma boa gestão e um bom funcionamento. Embora tenham sido implantados em grande parte dos municípios brasileiros – o que já é uma enorme conquista em tão pouco tempo –, os CRAS padecem da falta de investimento. Ou seja: são insuficientes (e também sob condições precárias de contratação) os recursos humanos disponíveis, assim como a sua infraestrutura física e sua logística (CARVALHO, 2009, p.24).

Além disto, cabe reforçar a compreensão de que o CRAS não pode ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município.

Logo, são questões que influenciam a estrutura e o funcionamento do CRAS: as rotinas e metodologias adotadas; as características do território e da população a ser atendida; a importância dada à participação das famílias no planejamento e avaliação dos serviços prestados e ações desenvolvidas; a incidência de determinadas vulnerabilidades no território; os recursos materiais e equipamentos disponíveis; o papel desempenhado pela equipe de referência e sua concepção sobre famílias etc.

É importante salientar também que, não somente a falta de investimento financeiro no CRAS é um obstáculo, mas também a falta de investimento na equipe que atua diretamente na execução da política sendo assim, é imprescindível buscar o aprimoramento profissional, por meio de cursos de capacitação continuada e especialização e de leituras, entre outras estratégias, qualificando os serviços prestados aos cidadãos para que “[...] as equipes desenvolvam competências para “ler” as necessidades e demandas de proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade e dos territórios e monitorar os serviços e equipamentos existentes em suas áreas de abrangência” (CARVALHO, 2009, p.75).

Para que assuma esses desafios, o CRAS precisa de investimentos em recursos humanos. Esses investimentos devem contemplar a configuração de equipes técnicas interdisciplinares (para garantir a vinculação entre o social, o tecnológico e a produção de informações) e a capacitação continuada (para fortalecer o desenvolvimento das capacidades e competências técnicas para leitura de dados do município, a construção de indicadores e a implantação de sistemas de monitoramento e avaliação) (CARVALHO, 2009, p. 87).

Já os serviços de proteção Social Especial são divididos em dois níveis de complexidade, média e alta e tem por finalidade o atendimento às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos e de risco pessoal e social. Os serviços de Média Complexidade são direcionados a indivíduos e famílias com direito violado, as ações são desenvolvidas no âmbito do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS (BRASIL, 2004).

Na proteção social especial de média complexidade temos cinco serviços: O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A Alta Complexidade, busca a garantia da proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – as famílias e indivíduos que se encontra sem referência e/ou em situação de ameaça carecendo de ser afastado do núcleo familiar e encaminhado às instituições socioassistenciais de acolhimento como, por exemplo, albergues, abrigos, dentre outros (BRASIL, 2004).

Diante do referencial aqui exposto nota-se como a assistência social brasileira frente a uma conjuntura de interesses antagônicos veio se modificando e ocupando um espaço importante na sociedade, certamente este avanço decorreu das lutas e mobilizações sociais por uma cidadania de qualidade que assegure a todo cidadão o direito de uma vida digna e, portanto, é um processo constante e inacabado.

Assim, assegurado pela lei temos o Estado como o responsável de proteger a população dos riscos sociais e prover os mínimos sociais para sua subsistência para tanto, o Estado utiliza-se de instrumentos para propiciar aos cidadãos esta proteção.

Como mencionado acima temos como porta de entrada para os serviços da assistência social as instituições como, por exemplo, o CRAS, o qual através

de um trabalho continuado tem por objetivo prevenir a situação de vulnerabilidade e fortalecimentos de vínculos familiares além de, cooperar para que o indivíduo aprimore suas potencialidades e sendo necessário utiliza-se o serviço especializado para tanto, o objetivo que é visado é o atender toda a população que necessita da assistência social.

Acredita-se que a implementação do SUAS nos Municípios será possível de fato, quando for implantada uma política de Assistência Social local em conformidade com a política nacional, suas diretrizes e normativas, possibilitando ao município desenvolver ações condizentes com a realidade.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste processo de investigação orientam-se pelo método dialético, decifrando suas determinações, analogias e contradições. Para realização do mesmo se utilizou-se da pesquisa do tipo exploratória. Enquanto técnicas de pesquisa foram empregadas a pesquisa documental e bibliográfica, questionário e entrevista semi- estruturada.

O método adotado para a realização do estudo é o método dialético.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p.13)

Assim sendo, o método dialético analisa a realidade como sempre estando em movimento, em constante mudança, em eterno processo de interação de opostos, dado que constituem uma única realidade, portanto, este método leva em conta o contexto histórico e supera a visão parcial indo além do que a realidade expõe visto que, esta envolve muito mais aspectos do que se supõe logo, para uma análise mais precisa é necessário julgar todos seus aspectos e o momento em que acontece, pois, nada é imutável tudo se encontra em constante mutação.

3.1. UNIDADE DE ANÁLISE

De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p.15) “Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”. Portanto, a pesquisa não é uma tarefa simples, ela requer empenho e compromisso por parte do investigador tendo em mente que, seu estudo será importante não apenas para ampliação do conhecimento, mas, para toda a sociedade.

O lócus do presente estudo é o município de Simonésia-MG e como objetivo central buscou analisar se a política de Assistência Social está em consonância com as normativas vigentes.

De acordo com IBGE, o município de Simonésia-MG fica situado na região sudeste do Estado de Minas Gerais tendo como limites os municípios de Manhuaçu, Caratinga, Santa Bárbara do Leste e Santana do Manhuaçu, constitui-se por uma área geográfica de 486,543Km², possui 18.298 habitantes sendo composto por 8.832 de mulheres e 9.466 de homens, a maior parte dos habitantes residem na zona rural (IBGE, 2010). Segundo PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município é de 0,679 *médio* PNUD/2000⁴. A principal fonte de economia é a produção de café, o que vem se diversificando durante os anos, com relação ao PIB foi registrado em 2010 o PIB de R\$ 125.721 mil e o PIB per capita foi de R\$ 6.869,24 (IBGE/2010).

3.2. TIPO DE PESQUISA

Quanto ao tipo de pesquisa utilizou-se da exploratória que conforme Gil (1999, p. 80) “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de instituições (GIL,1999,p. 45).

As técnicas de pesquisa empregada neste estudo foi a pesquisa documental, que de acordo com Gil (1991) é a pesquisa feita em material que não recebeu nenhum tratamento científico e pesquisa bibliográfica que é a pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, como por exemplo, livros, legislação.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS

Os sujeitos do estudo é o gestor e o técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social juntamente com, a equipe que atua na política de assistência social, portanto, composta pelo Assistente Social, a psicóloga, os monitores, as oficineiras e auxiliares de serviços gerais.

Para tanto, alguns contratempos ocasionaram mudanças referentes aos sujeitos do estudo assim sendo, o resultado foi o questionário (apêndice II) aplicado ao técnico de Assistência Social do CRAS, quanto à equipe foi aplicado à entrevista semi-estruturada (apêndice III). Em relação à pesquisa documental foi realizada a partir de documentos que se encontravam na Secretaria de Assistência Social, no Centro de Referência de Assistência Social e na Câmara Municipal.

Quanto à pesquisa bibliográfica foi construída tendo o aporte teórico dos autores Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yazbek, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Raquel Raichelis entre outros.

A coleta de dados tem por objetivo reunir os dados pertinentes ao problema a ser investigado. No primeiro momento foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental “[...] implica [no] levantamento de dados de variadas fontes [...] que servem de *background* ao campo de interesse” (LAKATOS; MARCONI, 2002, p.62); a bibliográfica “[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” (LAKATOS; MARCONI, 2002, p.71), assim possibilitando um maior aprofundamento do tema pesquisado.

Como norteador da pesquisa bibliográfica, foram utilizados as contribuições e análises dos autores Berenice Rojas Couto, Aldaíza Sposati, Maria Carmelita Yazbek entre outros que, sem dúvida são imprescindíveis para a compreensão da política de Assistência Social. E para a pesquisa documental tomou-se por referência a LOAS, a PNAS, NOB/SUAS, NOB/RH, documentos do município no que tange a organização da política de Assistência Social.

Logo, no segundo momento foi aplicado um questionário este instrumento foi optado para a caracterização da amostra e coleta de dados pela sua relevância, Gil define questionário como sendo uma:

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p.124).

Assim também, Marconi e Lakatos apresentam o que de fato é um questionário sendo, portanto,

[...] um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.100).

Além do questionário também foi aplicado uma entrevista semi-estruturada, conforme Pádua, nesse tipo de entrevista “o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre o assunto que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (PÁDUA, 2000, p.67).

A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais (GIL, 2008, p.109).

Objetivou-se através destes instrumentos da pesquisa obter respostas para os questionamentos apresentado pelo estudo bem como trazer contribuições importantes para o município de Simonésia e para a categoria de profissionais que trabalham na perspectiva de uma efetivação concreta da PNAS.

3.4. ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da pesquisa documental foi tomado como referência às fontes, o Livro de Atas do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, o Plano Plurianual - PPA e Plano Municipal de Assistência Social - PMAS e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município. E foram aplicados questionários e entrevista semi-estruturada.

Logo na oportunidade de aproximação do cotidiano institucional da execução da Política de Proteção Básica, proporcionada através do estágio supervisionado perceberam-se atuações que deixaram margens para incertezas, portanto, diante de tais inquietações emergiu o seguinte questionamento: “A forma de organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG atende as exigências das normativas do SUAS?”

Ressalta-se que, as intervenções fundamentadas nas normativas e diretrizes do SUAS contribuem para sanar limitações advindas da falta de informação e de acesso a política de assistência social, pois, oferece um serviço sistematizado e possibilita a organização da política de forma macro.

Neste sentido a proposta da pesquisa acadêmica tem por finalidade central analisar a organização da Proteção Básica no município de Simonésia-MG e sua consonância com a legislação do SUAS.

A pesquisa documental contou com a análise do livro de atas do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Simonésia, disponibilizado pela presidente do CMAS que é representante governamental. Foram analisadas 56 atas datadas nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

TABELA 1 – Atas do CMAS do município de Simonésia-MG

ANO	NÚMERO DE ATAS
2008	06
2009	11
2010	13
2011	11
2012	13
2013	02

Fonte: Dados de pesquisa documental realizada por pesquisadora do curso de serviço social da FACIG no período de setembro a outubro de 2013.

Com base nos dados coletados constata-se que não havia data prevista para as reuniões do conselho sendo que, havia mês que não consta o encontro dos conselheiros.

O conteúdo das atas em sua maioria se restringe as prestações de contas e apresentação de questionários, não são mencionados debates acerca das temáticas apresentada nas reuniões e apesar de considerar todos os anos ali

registrados como extremamente importantes para atuação do CMAS, sem dúvidas o ano de 2013 se destaca negativamente por apresentar dados que demonstram a informalidade perante o funcionamento do Conselho.

É verificado que, em 2013 foram registradas apenas 2 reuniões sendo que, há uma ata em aberto que foi apenas iniciada portanto, nela não contém dados e nem data, já nas 2 seguintes é mencionada a apresentação de um termo de aceite 2013 e o plano de ação de 2013, porém o que pode ser constatado e verificado nas atas é que, desde a 6ª ata do ano de 2012 até a última de 2013 não foi registrada os nomes dos conselheiros, em seu lugar existe apenas um espaço em branco.

Esta constatação deixou margem para questionamentos, será que o CMAS tem atuado tendo como norteador a legislação vigente da Política de Assistência Social? Evidências constatadas demonstram atas desatualizadas que se configurara num grande desafio para a participação ativa da sociedade nas tomadas de decisões. Existem interesses diferentes aos da participação coletiva e democrática? O que tem ocorrido de fato? Os conselheiros não são conhecedores da dinâmica da política de assistência e esta realidade tem interferido no controle social, inviabilizando o exercício da democracia.

De acordo com Raichelis “Os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governo e cidadãos, e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública”. (RAICHELIS, 2007, p.83)

Assim sendo, os conselhos são espaços democráticos relevantes que permitem a sociedade civil ser protagonista do processo de consolidação da democratização no país e da luta pela efetivação da descentralização das políticas sociais.

Como afirma Arruda e Kocourek (2008) há uma extrema necessidade de formação continuada para esses conselheiros, orientando a estes em suas ações e nos princípios democráticos e éticos, despertando-os para um posicionamento político e consciente já que esses ocupam o lugar de representantes.

Portanto, é preciso enfrentar com maior determinação o desafio da qualificação dos conselheiros, especialmente da sociedade civil, que precisam incorporar novas competências políticas, éticas e técnicas para desempenhar o papel de representação política no espaço público.

Assim sendo, permanece o grande desafio de repensar a representação dos usuários e investir nas articulações com os movimentos e associações populares, fazendo-se indispensável o estímulo da participação efetiva dos conselheiros, de sua auto-organização e auto-representação, considerando que os usuários permanecem sub-representados em grande parte dos Conselhos.

Os dados analisados através dos referidos documentos deixam questionamentos referentes ao papel efetivo do controle social e de sua importância para a política de assistência social.

De acordo com Bravo (2006), historicamente, a categoria controle social foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. Sendo assim, esse é o entendimento quase sempre presente na sociologia clássica quando trata do controle social, expressando dessa maneira, um caráter coercitivo, repressor.

No entanto, quando analisamos o termo, à luz da Constituição Federal de 1988, verificamos, segundo Bravo (2006), que ele expressa a participação da população no sentido de elaborar, implementar e fiscalizar as políticas sociais. Assim, o conceito de controle social pode ser compreendido a partir de duas perspectivas.

A primeira concebe o controle social como uma forma de exercício do controle do Estado em relação à sociedade, principalmente, por meio de suas instituições. A segunda entende o controle social como forma de controle da sociedade sobre o Estado, por meio da fiscalização e participação nas decisões referentes à coisa pública.

Raichelis (2000, p.186), explicita que “os instrumentos de participação democrática, dada sua fragilidade, são constantemente ameaçados pela cultura política autoritária, patrimonial e clientelista da sociedade brasileira”. A autora aborda ainda que, um dos principais desafios para a consolidação dos

conselhos está na área governamental, onde há uma grande resistência para que as definições das políticas públicas sejam abertas à participação e ao controle social da sociedade civil, não permitindo a sua penetração.

Neste sentido os Conselhos, acrescentam Behring e Boschetti (2006), têm grandes potencialidades como arenas de negociação de propostas e ações. No entanto, há também dificuldades para a realização dos mecanismos da participação e cumprimento de seu papel de modo efetivo e eficaz. “Foi exatamente para aperfeiçoar o processo democrático, restrito à democracia representativa, que foram criadas instâncias estratégicas como os conselhos: arenas de discussão das demandas e interesses presentes em áreas determinadas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 179).

Tanto a participação deve ser garantida constitucionalmente, quanto à população deve ser capaz da apropriação deste espaço, de maneira a pressionar o Estado para o fortalecimento de seus mecanismos de controle sobre ele.

Assim a população, ao se manifestar, ocupará o espaço que lhe é de direito na gestão dos assuntos que lhe dizem respeito, cabendo aos cidadãos, detentores de direitos, o desafio de transformar essa intenção em ação, pois é extremamente importante “[...] desenvolver ações de qualificação mais substanciais para os membros dos Conselhos com vistas a instrumentalizá-los para uma participação mais consistente e consciente (COUTO, et.al, 2011, p.121)” .

Portanto, na pesquisa, os dados verificados contrapõem o que deveria ser de fato o controle social na política de assistência. Fere a legislação do SUAS a qual esclarece que “Os repasses dos recursos financeiros federais para estados, Distrito Federal e municípios foram vinculados à criação e ao funcionamento do Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social, mecanismos e instrumentos de gestão, atendendo os requisitos previstos no art. 30 da LOAS ”(NOB/SUAS, 2005, p.12) tornando-se este então, um requisito essencial para o recebimento dos recursos.

De acordo com pesquisa documental o CMAS de Simonésia, não encontra-se em funcionamento conforme as normativas legais, as quais regem a política de assistência social no Brasil, como apresentadas e discutidas no referencial teórico deste trabalho.

No caso dos dados apresentados através da aplicação do questionário, houve impossibilidade de análise do conteúdo em sua totalidade. Houve omissão de respostas de várias perguntas por parte do gestor e do técnico de Assistência Social da SMAS.

Certamente o fato comprometeu a pesquisa visto que, muitas informações contidas no questionário eram específicas para a gestão e o resultado não foi como gostaríamos. As perguntas deixadas em branco sem respostas ou justificativas atingiram 55% do questionário. Não há como afirmar se não responderam por desconhecimento ou omissão mesmo.

Esta postura frente à pesquisa acadêmica pode estar relacionada há vários motivos, os quais são desconhecidos por nós. Evidencia indagações que foram construídas ao longo do processo de realização da pesquisa. Muitas delas encontram-se sem respostas e poderão formar novos objetos de análises: falta de tempo, desconhecimento acerca da Política e do Sistema SUAS, descaso, descomprometimento político com a assistência social? Outras prioridades e interesses? O fortalecimento de uma política social conservadora e assistencialista? Com inúmeros questionamentos destaca-se uma constatação ocorrida no processo da pesquisa.

No decorrer da elaboração desta pesquisa alguns impedimentos encontrados acabaram por dificultarem a análise do objetivo central, entre eles inúmeros contratempos na obtenção dos dados que deveriam ser analisados sobre a Política de Assistência Social, o que se configurou num “*vai e vem*” em instituições públicas como a prefeitura, a câmara municipal, e de controle social no conselho municipal de assistência social.

O Plano Plurianual - PPA disponibilizado para a análise, já estava ultrapassado correspondente ao ano de vigência de 2006 a 2009, não foi possível ser analisado devido as informações já estarem alteradas com o decorrer dos anos

seguintes, houve a tentativa de obter o PPA vigente, mas, de acordo com a atual Assistente Social do CRAS, que por sinal é a Presidente do CMAS e também a coordenadora do CRAS este não foi elaborado no ano de 2010 a 2013 e questionada se encontrava-se em construção o PPA de 2013 a 2017 afirmou-se que este não estava sendo elaborado.

Além do PPA também buscou-se obter acesso sobre o Plano de Assistência Social, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, enfatizando a área da Assistência Social e foi disponibilizado parte de um documento não esclarecedor e complexo. Apesar de tais documentações serem de acesso público estes acabaram sendo restringidos, omitidos ou simplesmente não existem, fato é, que não foram disponibilizados para a análise da pesquisa.

Há ciência de que teríamos acesso aos documentos via solicitação através do ministério público, no entanto, não teríamos tempo hábil para aguardar os prazos de direito do município para responder á justiça e cumprirmos os prazos do calendário acadêmico.

Os dados neste sentido estão como uma provocação para novos estudos e a constatação de que a política de assistência social urge por fiscalização, acompanhamento, monitoramento e avaliação por parte das regionais, da SEDESE, do ministério público e dos órgãos responsáveis pela política de assistência social e implantação do SUAS nos municípios.

Mas vale ressaltar que, apesar dos entraves encontrados, a análise, contudo, acabou possuindo outros elementos a serem abordados, os quais não deixaram de enriquecer e contribuir para uma análise crítica frente à política de assistência social do município.

Na análise referente às questões respondidas no questionário, pelo técnico de Assistência Social do CRAS, segue as respostas obtidas nesta fase da pesquisa:

De acordo com questionário o órgão que responde pela Política de Assistência Social no município é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, as ações em sua maioria são executadas pelo órgão gestor o qual está apenas mantendo as ações que são direcionadas a população em geral, o município

não possui Lei Orgânica de Assistência Social. Entre as ações previstas no plano de Assistência Social foram implementadas Benefício de Prestação Continuada - BPC, Benefícios Eventuais, CAD único, Projovem, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, telecentro.

O município possui (1) um CRAS em funcionamento, o qual atua com ações voltadas para o acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família e do BPC. Em relação à estrutura física do CRAS constatou-se que, está instalado num imóvel alugado semelhante a uma residência logo, ele foi adaptado insuficientemente para as atividades necessárias deste modo, não dispõe de todo o espaço adequado para o atendimento aos usuários sendo que, contém em seu interior escadas dificultando o acesso dos usuários deficientes físicos e também os idosos que freqüentam as oficinas, logo se faz necessária sua adequação, pois, é imprescindível que estes espaços garantam a acessibilidade aos seus usuários.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social:

Atenção especial deve ser dada à acessibilidade. Os espaços físicos devem atender às normas de acessibilidade da ABNT28, em particular devem possuir:

- a) acesso principal adaptado com rampas, com rota acessível desde a calçada até a recepção do CRAS;
- b) rota acessível aos principais espaços do CRAS (recepção, sala de atendimentos, sala de uso coletivo e banheiros);
- c) banheiro adaptado para pessoas com deficiência;
- d) pessoas disponíveis e treinadas para o atendimento de pessoas com deficiência (com conhecimento em Libras²⁹, treinados em auxiliar pessoas em cadeiras de roda, com deficiência visual, entre outros). Também é importante que o CRAS adquira materiais favorecedores do atendimento socioassistencial destinado a pessoas com deficiência, tais como material informativo em braile, em áudio, entre outros. (MDS, 2009, p.56)

Verificou-se que a instituição não possui veículos o que compromete a execução dos serviços, visto que, a maior parte da população encontra-se na zona rural e ainda o município atende 2 (dois) distritos rurais.

No que diz respeito a equipe técnica do CRAS fica evidenciado que 100% da equipe não é efetiva, estando portanto em desacordo com a NOB-SUAS (2005 p.14) a qual orienta que estas equipes sejam “[...] constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial [...]” assim, o quadro

profissional revela que, há a prevalência de vínculos empregatícios sob a forma de contratos, gerando instabilidade da gestão, tendo em vista a renovação de contratos estar condicionada as mudanças da administração.

Desta forma, o grande desafio posto está na efetivação da equipe de referência do CRAS, pois, investir na capacitação continuada da equipe requer que esta esteja fixa evitando assim a rotatividade entre os profissionais.

A respeito do financiamento não há dados para serem analisados visto que, o gestor não respondeu a nenhuma questão pertinente as fontes de financiamento. Apesar de este assunto ser de acesso público e um dos requisitos da Assistência, como divulgação da origem dos recursos e suas locações é verificável que, em se tratando de recursos financeiros as informações ficam restritas a divulgação.

Quanto às informações do fundo municipal de assistência social não se obteve acesso aos dados assim, chegou-se a conclusão que só obteríamos algum tipo de informação via solicitação judicial, não teríamos tempo hábil para isso e nem foi o objetivo da pesquisa. No entanto, este dado limitou a análise sobre o fundo, discussão fundamental para a política de assistência. As informações são as disponibilizadas e publicizadas pelo governo estadual e federal.

De acordo com o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais é verificável que, o município está recebendo recursos na área da Assistência Social e também executando serviços como mostra o quadro abaixo.

Desta forma as informações do repasse de recursos para o município contradizem aos dados verificados. Se o conselho precisa estar em pleno funcionamento, juntamente com o PPA e Plano de Assistência atualizados, e estes documentos não foram apresentados pela gestão e confirmado em pesquisa como inexistentes, de que forma o município continua recebendo recursos. Que tipo de documentação tem garantido o repasse dos recursos como os gráficos e tabelas demonstram abaixo?

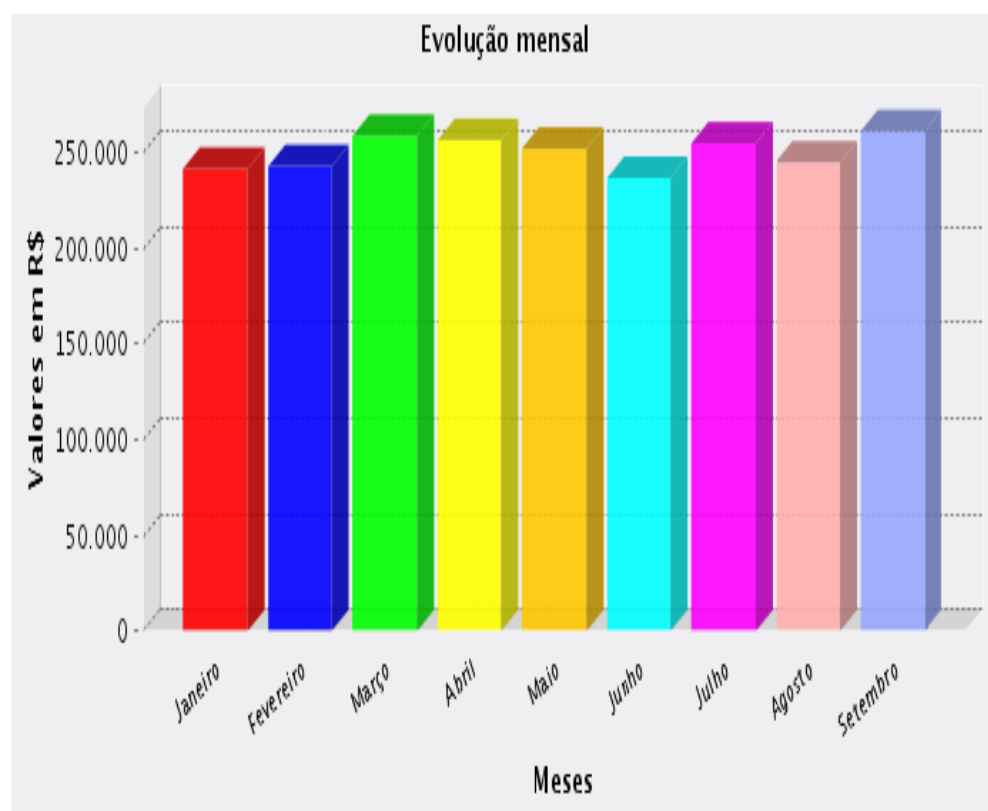
TABELA 2 – Recursos destinado a Assistência Social no Município De Simonésia-MG no ano de 2013.

Simonésia (MG)

Recursos recebidos por Área

Exercício: 2013 (pode ser alterado na [página principal](#) desta consulta)

Total cestinado à área **Assistência Social**: R\$ 2.250.293,43



Fonte: Portal da Transparência Governo Federal, 2013.

TABELA 3- Valores dos repasses mensais dos recursos em 2013.

MÊS	VALOR (R\$)
JANEIRO	241.636,00
FEVEREIRO	242.997,65

MARÇO	258.834,48
ABRIL	256.672,79
MAIO	252.085,86
JUNHO	236.914,00
JULHO	255.007,51
AGOSTO	244.860,85
SETEMBRO	261.284,29

Fonte: Portal da Transparência Governo Federal, 2013.

TABELA 4 – Valores Totais Por Ações em 2013.

Acesso rápido Selezione... OK

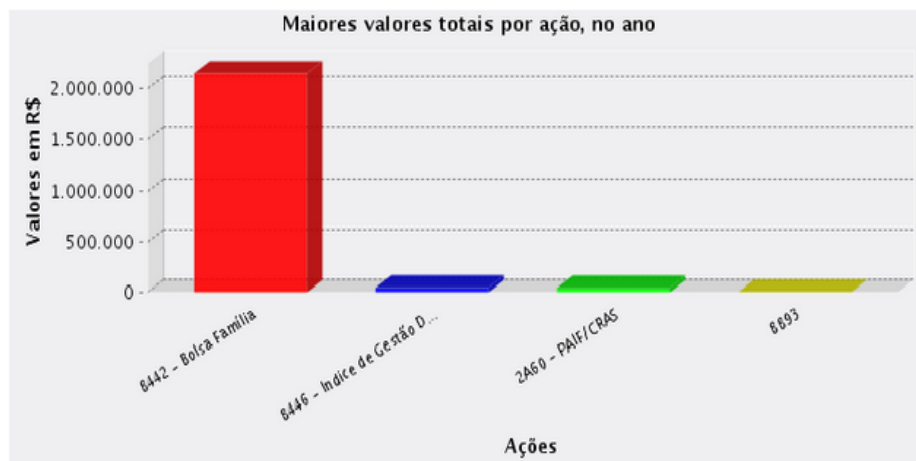
Voce esta em: Início » Brasil » MG » Simonésia » Áreas » Ações

Simonésia (MG)

Recursos recebidos por Área

Exercício: 2013 (pode ser alterado na [página principal](#) desta consulta)

Total destinado à área **Assistência Social:** R\$ 2.250.293,43



Ação	Linguagem Cidadã	Total em Setembro (R\$)	Acumulado no Ano (R\$)
Todas		261.284,29	2.250.293,43
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº	Bolsa Família	238.448,00	2.151.370,00

10.836, de 2004)

8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	Índice de Gestão Descentralizada - IGD	13.045,68	46.818,31
2A60 - Serviços de Proteção Social Básica	PAIF/CRAS	9.000,00	46.050,00
8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS		790,61	6.055,12

Fonte: Portal da Transparência Governo Federal, 2013.

Na aplicação da entrevista semi-estruturada junto a equipe de referência do CRAS, nem todos se propuseram a colaborar com a pesquisa assim sendo o grupo de sujeitos entrevistados foram no total de 4 pessoas.

Em relação ao perfil da equipe, o estudo demonstrou que 100% dos entrevistados são do sexo feminino, sendo que possuem idade entre 24 e 58 anos. Referente ao nível de instrução, 100% dos entrevistados possui 3º grau completo, portanto, apresentam um bom nível de escolarização, visto que todos os entrevistados possuem a conclusão do 3º grau.

No tocante ao tempo de atuação na instituição este encontra-se entre 2 a 8 anos e quanto ao vínculo empregatício 25% é prestador de serviço enquanto, 75% é contratado ferindo a legislação do SUAS a qual deixa claro que, as “Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial [...] (NOB/SUAS, 2006, p.14).

Sobre o quesito capacitação, 100% dos entrevistados afirmaram que não participaram de nenhuma capacitação referente à sua função no CRAS logo, mas uma vez recorremos a NOB/SUAS (2006) a qual diz através das Diretrizes sobre a política nacional de capacitação que, esta deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao

efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública.

Ao que se refere à empoderamento ressalta-se que há dois sentidos de empoderamento mais empregados no Brasil: um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial (Gohn, 2004).

Ao serem questionados se a instituição estimula a qualificação profissional, 50% responderam que sim e outros 50% responderam que não, porém, dos 50% que disseram sim é perceptível que a forma de compreensão do questionamento foi equivocada, pois, a capacitação referenciada se trata de aproximação com a política de Assistência Social bem como, a execução dos serviços ofertados já a entendida foi sobre a oferta de materiais para o desenvolvimento das atividades nas oficinas.

A respeito de ações realizadas para a melhoria na qualidade dos serviços ofertados pelo CRAS dos entrevistados 50% disseram que não há, enquanto 50% disseram que sim, porém, destes que responderam sim se restringiu a monitoras de oficinas as quais se referenciaram a participação em outros cursos de artesanato.

Sobre a interação da equipe, 100% disseram que interagem com outros profissionais, para tanto, há reuniões no local do trabalho para debates e busca de otimização dos serviços.

Quando questionados se pudessem mudar alguma coisa no CRAS, alguns dos entrevistados demonstraram clareza sobre o assunto em suas respostas, como por exemplo:

“Implantaria o trabalho multiprofissional, a busca ativa e diagnóstico de demanda. Promoveria oficinas voltadas ao sexo masculino.

Realizaria grupos terapêuticos com as famílias que utilizam o serviço”. (Entrevistada A/B).

Enquanto outros demonstraram pouco conhecimento:

“ Apoio para os monitores buscarem mais novidades, novos cursos fora da localidade”.(Entrevistada C/D)

Nota-se que as entrevistadas C/D se referenciavam a capacitação para a execução das oficinas artesanais e não mencionavam nada a respeito da política de Assistência Social a qual orienta e norteia as ações no CRAS.

A pesquisa procurou conhecer também a opinião dos membros da equipe do CRAS sobre a remuneração, e se esta influencia no trabalho ou na motivação logo, 100% responderam que sim com as seguintes justificativas:

“Pois quando somos bem remunerados sentimos mais disposição para buscar novas estratégias de trabalho condizentes c/a demanda da população.” (Entrevistada A/B)

“Pois, não precisaríamos trabalhar em outro lugar, podendo nos dedicar mais ao que fazemos.” (Entrevistada C/D)

Questionados sobre outros fatores que ocasionam a desmotivação do trabalho 50% responderam que não há e 50% disseram que sim, e citaram as causas sendo elas, a sobrecarga de trabalho, impossibilidade de sugerir novas ideias e estratégias.

Quando questionados sobre seu conhecimento acerca da Política de Assistência Social 100% disseram que são satisfatórios, porém, frente as respostas obtidas percebe-se que este conhecimento é pouco e ainda assim equivocado.

Os relatos obtidos através da entrevista demonstram que um dos principais desafios para a efetivação dos serviços no CRAS se referencia a falta de conhecimento, ou melhor, ao pouco conhecimento no que tange a legislação da política.

Portanto, diante das constatações encontradas no decorrer da pesquisa conclui-se que o município não se encontra em consonância com as normativas legais da Assistência Social podendo, portanto, comprometer seu funcionamento uma vez que, um dos requisitos legais para o repasse dos recursos na área da Assistência Social se pauta na existência e funcionamento

de mecanismo que asseguram a transparência das ações, planejamento e participação da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho buscou analisar a organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG e verificar sua consonância com a legislação do SUAS, assim sendo, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa outras dimensões foram sendo tomadas o que não comprometeu e nem diminuiu a análise acerca da política de Assistência Social no município de Simonésia mas, alterou o foco central pretendido.

Embora a Política de Assistência Social tenha sido normalizada e estabelecida por lei (LOAS), ainda são os inúmeros entraves a serem superados principalmente quando consideramos que a construção desta política pública enfrenta uma realidade alicerçada por uma cultura predominantemente assistencialista, marcados pela filantropia.

Portanto, mesmo tendo adquirido status formal de política pública ao compor o tripé da Seguridade Social, cumprindo-se assim uma premissa constitucional, a política de Assistência Social não exime de enfrentar obstáculos para sua efetivação.

Em relação à realidade encontrada no município de Simonésia-MG, através dos achados da pesquisa constata-se que a política de Assistência Social não se encontra em conformidade com as normativas legais, este fato, comprova-se dentre outros pela formalidade encontrada no CMAS, pela estrutura física, pelo desconhecimento acerca da política, o descaso comprovado com a política e a restrição imposta ao acesso às informações.

Ao constatar as limitações no CMAS, a pesquisa orienta que, para um funcionamento em conformidade com as normativas e priorizando a participação da sociedade é necessário viabilizar a capacitação e qualificação dos conselheiros a fim de torná-los mais críticos, reflexivos, atuantes, propositivos e mais ainda, capazes de exercer suas funções principais, ou seja, acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a Política de Assistência Social.

4.2. LIMITAÇÃO DA PESQUISA

No desenvolvimento deste trabalho houve várias limitações, a nosso ver comprometem uma análise mais aprofundada da realidade, pela ausência de alguns dados. Agrega-se a esta constatação o questionário com a maior parte das informações sem respostas, a entrevista não contemplando toda a equipe do CRAS, a ausência de documentos essenciais para o funcionamento da Política de Assistência Social os quais não foram disponibilizados para a pesquisa pela gestão local.

Cabe ressaltar também a dificuldade encontrada para obter os documentos da legislação municipal referente à Assistência Social, foram necessárias "idas e vindas" nas instituições sendo que, é perceptível pela recepção encontrada e a ausência de conhecimento acerca da política de Assistência Social.

Isto foi evidenciado tanto na Câmara Municipal de Simonésia quanto na Secretaria Municipal de Assistência Social e após inúmeras tentativas para acesso a legislação foi disponibilizada apenas uma pequena parcela do material requisitado.

Nesta mesma direção outro aspecto a respeito da legislação merece destaque, trata-se da forma como foi entregue alguns documentos. Primeiramente houve resistência para disponibilizar os documentos assim, após insistências estes foram liberados, mas, no ato da entrega foi recomendado que tais documentos não fossem divulgados e que o fato de estarem sendo liberados era por motivo pessoal, ou seja, o que se pode atribuir a este fato é, a forte influência da cultura política local.

A realidade encontrada reforça a ideia de que no município de Simonésia há uma necessidade de adequação que, seja condizente com as diretrizes da LOAS e da PNAS logo, iniciativas que venham combater os entraves como por exemplo, investimento em sistemas de capacitação dos profissionais.

Mas, cabe frisar que mesmo com todos os obstáculos encontrados e também pela conclusão a que se chegou não se pode negar que, a política de Assistência Social no município representa um avanço e ainda que, esta esteja

em processo de consolidação, fica evidente que permanece o desafio da Política de Assistência Social digo de uma forma geral, do rompimento com viés caritativo e de assegurar que ele seja de fato uma política de proteção social e de garantia de direitos a quem dela necessitar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. Ed. Brasília: GESST/UnB, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, **Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, julho de 2005^a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005^b.

_____. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Altera a lei nº 8.142, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Capacitação para controle social nos municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família**. Brasília: SAGI, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Capacita SUAS** Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1ºed. – Brasília: MDS, 2008, 136 p.

BRAVO, M. I. S. **Desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 88, nov., 2006, p. 75-100.

CARVALHO, Raul e IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Marcos Legais e Organizadores do CRAS**. vol.01. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/Vol1_CRAS.pdf>. Acesso em 20/05/2013 as 13:54.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Publicações e Orientações Gestão de Recursos Federais**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/Manual>>

[GestaoRecursosFederais/Arquivos/CartilhaGestaoRecursosFederais.pdf](#)>

Acesso em 04/06/2013 as 14:50.

COUTO, Berenice Rojas et.al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, M. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

GONÇALVES, Vera Lucia Canhoto. **Política de Assistência Social: desafios do gestor. Um Estudo na Região de Presidente Prudente**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Estadual de Londrina, Curitiba, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: CENTRO DE EDUCAÇÃO, ABERTA, CONTINUADA A DISTÂNCIA. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, 1999, n. 1, p. 77-90.

_____, Marilda Villela. **A Questão Social no capitalismo**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=316760&idtema=103>> Acesso em 17/06/2013 as 22:56.

_____. **Síntese das Informações 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=316760&idtema=16>>. Acesso em 17/06/2013 as 23:03.

MADEIRA, Kátia Regina. **As Conferências Municipais de Assistência Social de Florianópolis como instrumento de planejamento da política de Assistência Social em âmbito local**. Disponível em: <www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=159806>. Acesso em: 25/05/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistencia_social/suas> Acesso em 25/04/2013 as 15:25.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009.

NORMA OPERACIONAL BASICA DE RECURSOS HUMANOS DO SUAS – NOB-RH/SUAS, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2010 .

OLIVEIRA, Edvaldo Roberto de. **SUAS: Desafio histórico de construção da Rede de Proteção Social para famílias em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.**

PNAS – **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004. Disponível em: < www.mds.gov.br/concursos/pss-2008/pnas_final.pdf > Acesso em: 01/05/2013.

PNUD, 2000. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000.** Disponível em <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)> Acesso em 15/06/2013 as 14:25.

PORTAL TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Transparência Brasil Governo Federal.** Disponível em: <<http://mg.transparencia.gov.br/Simon%C3%A9sia/receitas/por-area/areas-por-mes?exercicio=2013&funcao=08>> Acesso em: 15 de novembro de 2013.

PORTAL TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Transparência Brasil Governo Federal.** Disponível em: <<http://mg.transparencia.gov.br/Simon%C3%A9sia/receitas/por-area/areas-por-mes?exercicio=2013&funcao=08>> Acesso em 15 de Novembro de 2013.

PORTAL TRANSPARÊNCIA BRASIL. **Transparência Brasil Governo Federal.** Disponível em: <<http://mg.transparencia.gov.br/Simon%C3%A9sia/receitas/por-area/acoes?exercicio=2013&funcao=08>> Acesso em 15 de Novembro de 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** – 3. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

_____. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEGPLAN. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. **Plano Plurianual.** Disponível em: <<http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/115737/plano-plurianual-2012-2015>> . ACESSO EM 04/06/13 AS 14:22

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social.** V Conferência Nacional de Assistência Social: Assistência Social - reflexões sobre a política e sua regulação. Brasília: CNAS, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. “As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS”. In: **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 77 – ano XXV – março de 2004. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Tendências da política de Assistência Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde**, v.3, nº3. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Cadernos Abong**, [s.1.], n. 19, out. 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE I**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Este documento tem como objetivo solicitar sua participação na pesquisa sobre “**A análise da organização da política de Assistência Social no município de Simonésia-MG**”, desenvolvida pela aluna Varlei de Moura Prata do curso de Graduação em Serviço Social, sob a orientação da professora Noêmia de Fátima Silva Lopes.

A pesquisa tem por objetivo analisar a organização da Política de Assistência Social no município de Simonésia-MG e verificar sua consonância com a legislação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, caracterizando os principais desafios e oportunidades ao desenvolvimento desta política no município, a partir da aplicação de questionário e entrevista inerentes às dimensões socioculturais, econômicas, históricas.

Por intermédio deste Termo, ficam garantidos os seguintes direitos: a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Consentimento do(a) participante:

Eu, _____ de livre e espontânea vontade, concordo em participar desta pesquisa. Autorizo a pesquisadora a me identificar no texto final do trabalho como profissional da Política de Assistência Social no município de Simonésia- MG.

Declaro estar ciente das informações constantes deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que, a qualquer tempo, posso solicitar esclarecimentos sobre esta pesquisa; recusar-me a dar informações que julgue prejudiciais à minha pessoa; solicitar a não inclusão de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu e outra cópia me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Simonésia, ____de_____de 2013.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu
Av. Getúlio Vargas, 733, Coqueiro, Manhuaçu-MG
(33) 3331-7000

APÊNDICE II**1. IDENTIFICADOR DO QUESTIONÁRIO**

1.1. Município:

1.2. Procedimentos adotados para preenchimento deste questionário

- () Reunião com a equipe de Assistência Social do município
- () Contribuições escritas formuladas pela equipe
- () Contribuições escritas formuladas individualmente por integrantes da equipe
- () Contribuição da participante da pesquisa no município, na coordenação, consulta a documentos oficiais e organização documental.
- () Todas as listadas acima

1.3. Dados do(s) informante(s):

Setor:

Telefone:

1.4. Data: ____/____/____

2. CONCEPÇÃO E CONTEUDO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. Qual órgão responde pela Política de Assistência Social no Município (escreva o nome do CRAS/órgão/setor/coordenação ao qual esta Política está vinculada):

2.2. As ações da assistência social existentes no município:

- () São executadas, em sua maioria, pelo órgão gestor
- () São executadas, em sua maioria, pelas entidades não governamentais

2.3. Para implementar a Política de Assistência Social, o órgão gestor:

- () Está ampliando a execução direta das ações
- () Está reduzindo a execução direta e transferindo as ações para as organizações não governamentais
- () Está apenas mantendo as ações

2.4. As ações de execução direta realizadas pela prefeitura são destinadas, majoritariamente, para:

- ☐ Idosos
- ☐ Pessoas com deficiência
- ☐ Doentes crônicos
- ☐ População em geral
- ☐ Migrantes
- ☐ População em situação de rua
- ☐ Indígenas
- ☐ Outra categoria social. Especificar:

2.4.1. As ações desse projeto e serviço e todos acima foram resultantes de demandas de usuários:

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.5. O município possui Lei Orgânica da Assistência Social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso positivo, indique número e ano de criação: _____. Atualizações: _____.

2.6. Enumere (de 01 a 10), por ordem de importância, os instrumentos jurídicos e normativos que orientam a Política Municipal de Assistência Social.

- ☐ Lei Municipal da Assistência Social
- ☐ LOAS
- ☐ PNAS
- ☐ NOB-SUAS
- ☐ Plano Municipal.
- ☐ Relatório de Conferências Municipais
- ☐ Relatório de Conferências Estaduais
- ☐ Relatório de Conferências Nacionais
- ☐ Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
- ☐ Outros. Especificar:

2.6.1. Existe recurso específico destinado ao PAIF? Se existe recurso qual o valor investido em 2013?

2.7. Quais são os entraves enfrentados pelo Município para o cumprimento dos princípios da LOAS e PNAS?

Princípios	Entraves

3. DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3. O Município tem Plano Municipal de Assistência Social?

() Sim

() Não*

3.1. Foi elaborado o Plano Plurianual ?

() Sim

() Não*

3.2. Em caso afirmativo, informe:

3.2.1. Data da Primeira versão do Plano Municipal:

3.2.2. Data da Última versão do Plano Municipal:

3.2.3. Em caso afirmativo, este Plano foi aprovado pelo Conselho?

() Sim

() Não

3.3. Quais são os documentos, informações e recursos técnicos utilizados para a elaboração do Plano de Assistência Social?

3.3.1. Assinale os itens contidos no Plano Municipal de Assistência Social:

- () Objetivos gerais e objetivos específicos
- () Diretrizes
- () Prioridades
- () Ações e estratégias correspondentes para sua implementação
- () Metas estabelecidas
- () Recursos materiais, humanos e financeiros
- () Mecanismos e fontes de financiamento
- () Cobertura da rede prestadora de serviços
- () Indicadores de monitoramento e avaliação
- () Diagnóstico Social do Município-(sucinto).
- () Resultados e impactos esperados

3.4. Participação dos Segmentos na Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social

Segmentos	Etapas	Frequência		
		Sempre	Às vezes	Nunca
Conselho Municipal de Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Entidades de Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Usuários	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			

Trabalhadores da política de Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Secretários e Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Outros. Especificar: _____	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			

34.1 Liste as ações previstas no Plano de Assistência Social e assinale com X aquelas que foram implementadas.

Ações Previstas	Executada

	Sim	Não
BPC		
Benefícios Eventuais		
CAD único/PBF		
PROJOVEM adolescente		
CASA- Centro de Atendimento Socioeducativo		
Albergue - (população migrante)		
Centro da Juventude		
PETI- (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)		
AABB/ Comunidade		
Bombeiro Mirim		
PAIF		
PAEFI		
Telecentro – GECA		
Centro de Atendimento ao Migrante		
Implantação do SINE		
Programa de qualificação profissional		
Programa L.A e PSC		
Programa CASA LAR		
Outros. Quais?		

Execução Indireta		
Atendimento ao Idoso		
Atendimento ao Excepcional		
Abrigamento de Crianças (0 a 12 anos)		

4. DA IMPLANTAÇÃO DO SUAS E DO PAIF

4. Descreva sucintamente os encaminhamentos e providências adotadas entre município, a Secretaria de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e o estado, no sentido de viabilizar a implantação do SUAS.

4.1. O município está na gestão Básica da Assistência Social e tem aderido aos serviços socioassistenciais previstos no SUAS, inclusive com o co-financiamento do estado? Também tem adquirido imóveis para implantação dos CRAS ?

4.2. Como tem sido a Participação na Comissão Intergestores Bipartite e colegiado de gestores para pactuação de recursos financeiros?

4.3. Quais ações de capacitação são desenvolvidas para efetivação do SUAS?

4.4. Quais convênios estão firmados com a SEDESE?

4.5. Indique as ações pactuadas entre o município e a instância estadual para efetivação do SUAS e assinale com um “x” aquelas que foram executadas.

Ações Pactuadas	Ações Executadas
Implantação e manutenção do CRAS	
Implantação do CASI	
Aquisição de equipamentos e veículos para melhor estruturação do CREAS	

4.6. Quais ações realizadas pelo MDS que contribuem para a efetivação do SUAS no município.

4.7. Assinale os requisitos cumpridos pelo município para habilitação no SUAS.

Requisitos para habilitação no SUAS	Cumpridos
Comprovação da criação e funcionamento dos CMAS, CMDCA e CT	
Comprovação da criação e funcionamento do FMAS	
Elaboração e apresentação do Plano Municipal aprovado pelo CMAS	
Alocação e execução de recursos próprios no FMAS	
Instituição de CRAS no município	
Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais, com equipe profissional composta por, no mínimo, 1(um) assistente social	
Elaborar plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do BPC	
Estruturação da Secretaria Executiva do CMAS com profissional de nível superior	
Demonstrar capacidade instalada na proteção social de alta complexidade	
Realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e riscos a partir de estudos e pesquisas	
Cumprir pactos de resultados, com base em indicadores sociais comuns previamente estabelecidos.	
Garantir a prioridade de acesso nos serviços de proteção social básica e/ou especial, de acordo com suas necessidades, às famílias e seus membros beneficiários do Bolsa Família.	
Instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação das ações de assistência social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal.	
Gestor do FMAS nomeado e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere.	
Elaborar e executar política de recursos humanos, com implantação de carreira para servidores públicos que atuem na área de assistência social.	
Outros. Descreva:	

4.8. Liste abaixo os elementos facilitadores e dificultadores para o cumprimento dos requisitos para habilitação assinalados na questão acima.

Elementos facilitadores	Elementos dificultadores

4.9. Liste os principais setores envolvidos na efetivação do SUAS no Município:

4.10. Considerando os setores acima listados, indique os elementos facilitadores e os dificultadores para a articulação entre eles e a efetivação do SUAS no município:

Elementos facilitadores	Elementos dificultadores

4.11. Quantos CRAS estão em funcionamento no município?

4.12. Capacidade instalada de atendimento e população efetivamente atendida pelos no CRAS existentes no município:

CRAS		
Capacidade Instalada	Meta	Famílias

4.13. Ações desenvolvidas no âmbito do CRAS:

Ação	Público	Metas atendidas	Execução	
			Direta	Indireta

4.14. Ações desenvolvidas pela rede socioassistencial, excluindo-se os CRAS:

Ação	Público	Metas atendidas	Execução	
			Direta	Indireta

4.15. Ações desenvolvidas pelo PAIF.:

Ação	Público	Metas atendidas	Execução	
			Direta	Indireta

4.16. Relacione as ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica no município e seu usuário:

Programa 1 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 2 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 3 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 4 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 5 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Benefício ▶		Usuário ▶	
-------------	--	--------------	--

4.17. Há estratégias para a articulação entre serviços, benefícios, programas e projetos na Assistência Social?

() Sim

() Não

() Em parte

4.17.1. Em caso afirmativo, total ou parcialmente, liste quais as estratégias utilizadas:

4.17.2. Em caso negativo, justifique sua resposta:

4.18. De que forma os usuários tomam conhecimento dos serviços oferecidos pelos CRAS no município?

() Divulgação na mídia local (rádio, TV, jornal, internet, carro de som)

() Por ação de esclarecimento dos técnicos junto à comunidade.

() Pelos próprios usuários

() Por lideranças locais

() Outros. Especifique:

4.18.1. Como é realizado o conhecimento das demandas do PAIF?

4.19. Segundo a Tipificação Nacional de Assistência Social – 2009, o PAIF realiza um trabalho social com famílias no âmbito do CRAS, de caráter continuado, possui a finalidade de fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenir a ruptura dos vínculos, promover o acesso aos direitos, desenvolver ações culturais e promover a melhoria da qualidade de vida. De ante da proposta da Tipificação, o PAIF de Santa Margarida tem atingido suas metas e seu principal objetivo? Justifique a resposta.

4.19.1. Como é realizada a esquematização das ações e serviços do PAIF?

4.19.2. O PAIF existente no município desenvolvem ações de acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família?

☐ Sim ☐ Não ☐ Apenas alguns

4.19.3. Em caso positivo, total ou parcialmente, que ações são desenvolvidas pelo PAIF para acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família?

- ☐ Cadastramento
- ☐ Reuniões
- ☐ Encaminhamentos para outros serviços
- ☐ Visitas domiciliares
- ☐ Orientações
- ☐ Oficinas
- ☐ Outros. Especifique:

4.19.4. O CRAS do município desenvolve ações de acompanhamento dos beneficiários do BPC?

☐ Sim ☐ Não ☐ Apenas alguns

4.19.5. O PAIF existente no município desenvolve ações de acompanhamento dos beneficiários do BPC?

☐ Sim ☐ Não ☐ Apenas alguns

4.19.6. Em caso positivo, total ou parcialmente, que ações são desenvolvidas pelo CRAS para acompanhamento dos beneficiários do BPC?

- () Cadastramento
- () Reuniões
- () Encaminhamentos para outros serviços
- () Visitas Domiciliares
- () Orientações
- () Outros. Especifique:

4.20. A estrutura física existente no CRAS é adequada ao desenvolvimento das ações e atividades inerentes ao equipamento e é acessível aos seus usuários?

- () Sim () Não () Em parte

4.20.1 Em caso negativo ou parcialmente positivo, qual seria a estrutura adequada para o seu pleno funcionamento?

4.20.2. Considerando o mobiliário existente nos CRAS e o trabalho desenvolvido, qual ou quais itens podem contribuir para as atividades realizadas pelos técnicos e para o atendimento aos usuários?

4.20.3. Considerando o mobiliário existente nos PAIF e o trabalho desenvolvido, qual ou quais itens podem contribuir para as atividades realizadas pelos técnicos e para o atendimento aos usuários?

4.21. Assinale os espaços físicos utilizados para funcionamento do(s) CRAS:

[illegible]

Cozinha										
Depósito										
Sala para reuniões de equipe										
Sala da Coordenação do CRAS										
Auditório										
Sala para realização de cursos										
Outros. Especificar: banheiro para uso privativo da equipe; pequena sala multiuso										

4.21.1. Assinale os espaços físicos utilizados para funcionamento do PAIF:

Espaço	Quantidade por equipamento									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Recepção										
Sala de atendimento individual										
Sala para atividades em grupo										
Banheiro										
Cozinha										
Depósito										
Sala para reuniões de equipe										
Sala da Coordenação do CRAS										
Auditório										
Sala para realização de cursos										
Outros. Especificar: banheiro para uso privativo da equipe; pequena sala multiuso										

4.22. As instalações do CRAS são:

() Todas próprias

- () Todas cedidas temporariamente por outra secretaria/setor
- () Todas alugadas
- () Algumas próprias, algumas cedidas, algumas alugadas.

4.22.1. As instalações do PAIF são:

- () Todas próprias
- () Todas cedidas temporariamente por outra secretaria/setor
- () Todas alugadas
- () Algumas próprias, algumas cedidas, algumas alugadas.

4.23. Há veículos disponíveis ao CRAS existentes no município?

- () Sim () Não

4.22.1. Há veículos disponíveis para o PAIF no município?

- () Sim () Não

4.23. Há serviço de internet instalado no CRAS existentes no município?

- () Sim () Não

4.23.1 Há serviço de internet instalado no PAIF existentes no município?

- () Sim () Não

4.24.Estrutura de Pessoal

Nível de Instrução	Área de Formação	Quadro efetivo		Experiência anterior na Assistência Social	
		Sim	Não	Sim	Não

Legenda: S.C. (Superior Completo), S.I. (Superior Incompleto), M.C. (Médio Completo), M.I. (Médio Incompleto), F.C. (Fundamental Completo), F.I. (Fundamental Incompleto), S.E. (Sem Escolarização)

4.25. Dados de identificação dos trabalhadores da Assistência Social:

VINCULO EMPREGATICIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	CARGA HORÁRIA	PISO SALÁRIAL	QTD
SERVIDOR MUNICIPAL					
SERVIDOR ESTADUAL					
FUNCIONÁRIO DE ONG OU OUTRAS ENTIDADES					

4.26. Há capacitação do quadro funcional?

() Sim

() Não

() Em parte

4.27. Em caso de resposta positiva ou parcialmente positiva, marque com um “X” como a capacitação é ofertada:

Periodicidade da capacitação	Mensal	
	Semestral	
	Anual	
	Bianual	
	Sem regularidade	
Modalidade da capacitação	Presencial	
	Semipresencial	
	À distancia	
	Outra	
Metodologia da capacitação	Palestras	
	Oficinas	
	Seminários	
	Cursos	
Principais tópicos abordados	Concepção da Assistência	
	Gestão da Assistência	
	Financiamento da Assistência	
	Controle social da Assistência	
Quem promove a capacitação	Governo municipal	
	Governo estadual	
	Governo federal	
	Fundações e ONGs	
	Outras – Faculdades	

Quem executa a capacitação	Governo municipal	
	Governo estadual	
	Governo federal	
	Fundações e ONGs	
	Instituições de Ensino Superior Públicas	
	Instituições de Ensino Superior Privadas	
	Outras	
	Especifique:	

4.28. Marque com “X” o estágio atual em que se encontra a gestão dos trabalhadores do SUAS no seu município:

Estágio da Gestão	Sim	Não	Em parte
Plano de carreira, cargos e salários da Assistência Social (*)			
Diretrizes para o financiamento da gestão do trabalho			
Diagnostico da situação da gestão do trabalho			
Manutenção e atualização do Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS			
Participação na Formulação e Execução da Política Nacional de Capacitação			
Plano de ingresso de trabalhadores e de substituição dos profissionais terceirizados			
Garantia de condições adequadas de trabalho			
Diretrizes municipais de implantação da NOB-RH SUAS			

5. CONTROLE SOCIAL

5.1. Quais são as instâncias locais que participam da Política de Assistência Social no município?

- () Redes
- () Conselhos
- () Fóruns
- () Associações Comunitárias
- () Movimentos populares
- () Outros

Especificar:

5.2. Houve participação dos usuários na implantação da Política Municipal de Assistência Social?

- () Sim () Não

5.2.1. Em caso positivo, em que situação a participação ocorreu?

- () Diagnóstico da situação do município
- () Avaliação dos serviços e programas
- () No Conselho de Assistência Social
- () Não participam em nenhuma situação
- () Outro

Especificar:

5.3. Número total de conselheiros:

Representação	Órgão ou entidade que representa			
	Nome do órgão	Nº	Sexo	
			F	M
Poder público				
Sociedade civil				

5.4. Com que frequência às reuniões do conselho acontecem?

- ☐ Mensal ou a intervalos menores do que um mês (semanal)
- ☐ Bimestral ou trimestral
- ☐ Quadrimestral ou semestral
- ☐ Frequência irregular
- ☐ O Conselho não se reuniu nos últimos 12 meses

5.5. O órgão gestor providencia equipamentos e infraestrutura para o Conselho?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte

5.5.1. Em caso positivo ou parcialmente positivo, quais equipamentos e infraestrutura abaixo foram providenciados?

- ☐ Secretaria Executiva
- ☐ Espaço próprio
- ☐ Ramal telefônico
- ☐ Computador
- ☐ Internet
- ☐ Veículo
- ☐ Outro. Especificar:

5.6. Como o Conselho avalia as condições da infraestrutura e equipamentos destinados ao seu funcionamento?

- ☐ Excelentes
- ☐ Boas
- ☐ Razoáveis
- ☐ Ruins
- ☐ Péssimas

5.7. O órgão gestor providencia o custeio das despesas para garantir a participação dos representantes da sociedade civil no conselho?

() Sim

() Não

() Às vezes

5.7.1. Em caso positivo ou se isso ocorre, às vezes, especifique as despesas:

() Transporte para reuniões e eventos

() Cópias de documentos

() Alimentação

() Outros. Especificar:

5.8. O órgão gestor disponibiliza informações (por internet e outros meios) sobre a Política de Assistência Social, as parcerias, a gestão do SUAS, entre outras?

() Sim

() Não

() Às vezes

5.9. O Conselho desenvolve uma política de formação continuada para conselheiros, gestores e membros dos fóruns permanentes de controle da Assistência Social?

() Sim

() Não

5.10. Indique abaixo as ações da política de formação continuada para conselheiros, gestores e membros dos fóruns permanentes de controle da Assistência Social desenvolvidas pelo município:

Periodicidade da Capacitação	Mensal	
	Semestral	
	Anual	
	Bianual	
	Sem regularidade	
Modalidade da Capacitação	Presencial	
	Semi-presencial	
	À distância	
	Outra	

Metodologia da Capacitação	Palestras	
	Oficinas	
	Seminários	
	Cursos	

Principais tópicos abordados	Concepção da assistência	
	Gestão da assistência	
	Financiamento da assistência	
	Controle social da assistência	
Quem executa a Capacitação	Governo municipal	
	Governo estadual	
	Governo federal	
	Fundações e ONGs	
	Instituições de Ensino Superior Públicas	
	Instituições de Ensino Superior Privadas	
	Outras	

5.11. São realizadas ações para criar, apoiar e fortalecer a organização de fóruns com vistas a debater e encaminhar propostas para a garantia de direitos sociais e do controle social (em especial das ações do SUAS)?

() Sim

() Não

5.11.1. Em caso positivo, cite algumas ações:

5.12. Nos últimos que órgãos foram criados para ampliar a Defesa Social?

() Ouvidorias de Assistência Social,

() Defensorias públicas, delegacias especializadas

() Ministério Público

() Desconheço

5.13. Que medidas foram tomadas para ampliar a participação e o controle social?

() Mobilização/capacitação de grupos e movimentos sociais para participar nos Conselhos

() Formulação de Diagnósticos Sociais com envolvimento dos movimentos e organizações sociais

() Orçamento participativo na Assistência Social

() Leis que possibilitem a punição de gestores públicos em caso de descumprimento da PNAS

() Auditoria cidadã, plebiscito e projetos de lei de iniciativa popular

() Ampla divulgação das deliberações das Conferências

() Acompanhamento regular das deliberações das Conferências e sua efetivação

() Não sei

5.14. Como o Conselho avalia as suas condições de trabalho?

() Excelentes

() Boas

() Razoáveis

() Ruins

() Péssimas

5.14.1. Justifique sua resposta:

5.15. Avaliem os seguintes pontos em relação ao trabalho do Conselho.

5.15.1. Tempo dos debates para tomada de decisões:

() Suficiente

() Insuficiente

() Não sei

5.15.2. As apresentações feitas pelos gestores e técnicos são:

- ☐ Claras e compreensíveis
- ☐ De difícil compreensão
- ☐ Não sei

5.15.3. Os documentos a serem lidos, são:

- ☐ Claros e compreensíveis
- ☐ De difícil compreensão

5.15.4. O tempo para leitura dos documentos é:

- ☐ suficiente para leitura e análise
- ☐ insuficiente para leitura e análise, pois são entregues com atraso

5.15.5. Quanto às discussões e tomadas de decisões:

- ☐ As regras do debate são claras e a tomada de decisões é coletiva
- ☐ As regras do debate não são claras e a tomada de decisões é centralizada pelos gestores
- ☐ Todos têm liberdade para colocar suas opiniões

5.15.6. As decisões tomadas pelo Conselho:

- ☐ são sempre respeitadas
- ☐ não são respeitadas
- ☐ às vezes são respeitadas

5.16. As deliberações das Conferências são usadas como referências pelo Conselho para a elaboração dos planos anuais e plurianuais?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em parte

5.17. No debate sobre os planos anuais e plurianuais, quais elementos são considerados para a tomada de decisões?

- ☐ Consulta às bases
- ☐ Conferências
- ☐ Relatório de avaliação anterior
- ☐ Avaliação dos compromissos assumidos
- ☐ Outro elemento
- ☐ Nunca

Especificar:

5.18. O Conselho recebe os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para análise e aprovação?

- ☐ Sim ☐ Não

5.18.1. Em caso positivo, com que frequência recebe esses planos?

- ☐ A cada 03 meses
- ☐ A cada 06 meses
- ☐ Uma vez por ano
- ☐ Apenas quando o CMAS solicita
- ☐ Nunca
- ☐ Outra periodicidade. Especificar:

5.18.2. O envio de planos de aplicação acontece:

- ☐ Em tempo hábil, que permite ao Conselho analisar
- ☐ Em tempo exíguo, que dificulta ao Conselho analisar

5.19. O Conselho recebe a planilha de gastos do Fundo Municipal de assistência Social para análise e aprovação?

- ☐ Sim ☐ Não

5.19.1. Com que frequência o Conselho recebe a planilha de gastos do Fundo Municipal:

- ☐ A cada 03 meses ☐ A cada 06 meses ☐ Uma vez por ano

☐ Apenas quando o CMAS ☐ Nunca

☐ Outra periodicidade. Especificar:

5.19.2. O envio da planilha de gastos do FMAS acontece:

☐ Em tempo hábil, que permite ao Conselho analisar

☐ Em tempo exíguo, que dificulta ao Conselho analisar

5.20. Os conselheiros discutem com as suas respectivas organizações os temas em debate no Conselho?

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

☐ Nunca

5.21. Quais são os meios utilizados pelos conselheiros para o repasse das discussões/deliberações do CMAS à sua organização?

☐ Reunião com a diretoria

☐ Assembléia geral

☐ Informativo/jornal

☐ Correio eletrônico

☐ Quadro/mural

☐ Outro. Especificar:

5.22. De que forma os conselheiros obtêm informações sobre o Conselho (datas de reuniões, atas, entre outras)?

☐ Internet

☐ Telefone

☐ Rádio comunitária

☐ Jornal do Conselho

Outros. Especificar:

5.23. Os conselheiros acessam regularmente a Rede SUAS para buscar informações sobre o seu município?

() Sim () Não () Às vezes () Nunca () Não conhecem

5.24. Todos possuem a senha para acessar os dados da Rede SUAS?

() Sim () Não () Alguns

5.25. De que maneira as organizações da sociedade civil participam dos conselhos:

Formas de Participação	Periodicidade	ORGANIZAÇÃO									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Frequência às reuniões	Sempre										
	Às vezes										
	Raramente										
	Nunca										
Apresenta demandas para debate	Sempre										
	Às vezes										
	Raramente										
	Nunca										
Participação de outros membros da organização nas reuniões	Sempre										
	Às vezes										
	Raramente										
	Nunca										

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. Listar (de acordo com a legislação vigente) as ações de monitoramento e avaliação da Assistência Social no município.

Ações	Frequência				
	Semanal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual
Comissão acompanhamento do CRAS					
Visita às entidades para inscrição*					
Seminário com entidades					
Aprovação Relatório Financeiro					
Reunião CMAS					
Controle do Programa B.FIGD					

6.2. Há vigilância social estruturada no município?

() Sim

() Não

6.2.1. Em caso positivo, como ela está estruturada?

7. FINANCIAMENTO

Atenção: Recomendamos que as questões abaixo sejam respondidas juntamente com o gestor do Fundo Municipal de Assistência Social.

7.1. O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) foi instituído:

() Entre 1994 e 1995

() Entre 1996 e 1997

() Entre 1998 e 1999

- ☐ Entre 2000 e 2001
- ☐ Entre 2002 e 2003
- ☐ Entre 2004 e 2005
- ☐ Entre 2006 e 2007
- ☐ Entre 2008 e 2009
- ☐ Entre 2010 e 2011
- ☐ Não há Fundo Municipal de Assistência Social

7.2. O Fundo Municipal de Assistência Social recebe recursos:

- ☐ do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)
- ☐ do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
- ☐ do FNAS e do FEAS
- ☐ do FNAS e do orçamento da Prefeitura
- ☐ do FNAS, do FEAS e do orçamento da Prefeitura
- ☐ O FMAS não funciona

7.3. A Prefeitura aplica recursos do orçamento próprio na assistência social?

- ☐ Aplicou todos os anos;
- ☐ Já aplicou, mas não em todos os anos. Quais?
- ☐ Nunca aplicou

7.4. No caso de ter aplicado, ainda que não em todos os anos, os recursos constam da Lei Orçamentária Municipal?

- ☐ Sim, constaram da lei em todos os anos
- ☐ Sim, mas não em todos os anos
- ☐ Nunca constaram

7.5. Todos os recursos do tesouro municipal destinados à assistência social foram alocados no FMAS?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente

- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Desconheço a informação

7.6. Na lei orçamentária anual estão previstas fontes de financiamento próprias para a assistência social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso positivo, quais são as fontes?

7.7. O Município dispõe de legislação que define um montante e/ou um percentual do orçamento próprio a ser aplicado na assistência social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7.8 . Em caso positivo, qual percentual do orçamento municipal deve ser destinado à assistência social, segundo esta legislação?

- ☐ Menos de 0,5%
- ☐ Entre 0,6% e 1%
- ☐ De mais de 1% a 3%
- ☐ De mais de 3% a 5 %
- ☐ De mais de 5% a 7%
- ☐ Mais de 7%

7.9. Qual percentual do orçamento municipal foi efetivamente gasto com assistência social?

- ☐ Menos de 0,5%
- ☐ Entre 0,5% e 1% I
- ☐ De mais de 1% a 3%
- ☐ De mais de 3% a 5 %
- ☐ De mais de 5% 7%
- ☐ Mais de 7%

7.10. O FMAS possui conta específica para movimentação dos recursos?

() Sim () Não

7.11. Os recursos recebidos do FNAS são movimentados:

- () Em conta específica do Fundo Municipal
- () Em conta corrente única do órgão gestor
- () Outra. Especificar

7.12. Os recursos recebidos do Fundo Estadual são movimentados:

- () Em conta específica do Fundo Municipal
- () Em conta corrente única do órgão gestor
- () Outra. Especificar

7.13. O Fundo Municipal é gerido:

- () Por um gestor exclusivo do FMAS, nomeado para este fim
- () Pelo administrador ou contador da prefeitura
- () Pelo prefeito
- () Outra. Especificar

7.14. Os recursos recebidos do FNAS e/ou do FEAS são aplicados:

- () Nas ações executadas diretamente pela prefeitura
- () Nas ações executadas pelas organizações não governamentais
- () Nas ações de execução direta e indireta

7.15. Quando o município utiliza recursos orçamentários próprios, estes são aplicados:

- () Nas ações executadas diretamente pela prefeitura
- () Nas ações executadas pelas organizações não governamentais
- () Nas ações de execução direta e indireta

7.16. Quando o município aplica recursos próprios nas ações de execução direta, estes são:

- () Depositados na conta do Fundo Municipal

☐ Aplicados diretamente nas ações, sem passar pelo FMAS

7.17. Quando o município aplica recursos próprios nas ações executadas por organizações não governamentais, estes são:

☐ Depositados na conta do Fundo Municipal

☐ Repassados para as entidades, sem passar pelo FMAS

7.18. Com que frequência o órgão gestor encaminha planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal ao CMAS para análise e aprovação?

☐ A cada 3 meses

☐ A cada 6 meses

☐ Uma vez ao ano

☐ Só quando o CMAS solicita

☐ Outra periodicidade. Especificar

☐ Nunca

7.19. Os recursos definidos nas subvenções sociais são repassados ao FMAS?

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Às vezes

☐ Raramente

☐ Nunca

7.20 Os recursos do FMAS são aplicados de acordo com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?

☐ Sim

☐ Não

☐ Parcialmente

Justifique a resposta:

7.21. O gestor divulga os recursos gastos com a assistência social no município?

☐ Sim

☐ Não

7.21.1 Em caso positivo, com que frequência esta divulgação acontece?

7.25.1. Em caso positivo, estes foram aprovados pelo CMAS?

() Sim

() Não

7.25.2 Ainda em caso positivo, liste os critérios para a partilha dos recursos próprios entre as ações assistenciais executadas no município.

7.26. Os critérios listados acima são os mesmos para as ações de execução direta e indireta?

() Sim

() Não

7.26.1. Em caso negativo, quais são os critérios utilizados para cada uma das ações?

7.27. A distribuição dos recursos entre as ações atende às necessidades locais?

() Sim

() Não

() Parcialmente

Justifique a resposta:

7.28. Recursos financeiros utilizados no desenvolvimento da Política de Assistência Social:

Anos	Fontes			
	Recursos federais	Recursos estaduais	Recursos municipais	Outros recursos (especificar)
2006				
2007				
2008				
2009				
2010				

2011				
2012				

7.29. Recursos aplicados no desenvolvimento da Política de Assistência Social:

Recursos	Anos/Especificar valores em R\$				
	2006	2007	2008	2009	2010 a 2012
TRF aplicados na PAS					
TRE aplicados na PAS					
TRM aplicados na PAS					
TR aplicados na PAS					

*TRF - Total de recursos federais

*TRE - Total de recursos estaduais

*TRM -Total de recursos municipais

*TR - Total de recursos

*PAS – Política de Assistência Social

7.30. Recursos financeiros orçados no desenvolvimento da Política de Assistência Social:

Recursos	Anos/Especificar valores em R\$				
	2006	2007	2008	2009	2010 a 2012
Total de recursos federais orçados para a Política de A.S					

Total de recursos estaduais orçados para a Política de A.S					
Total de recursos municipais orçados para a Política de A.S					
Total de recursos orçados para a Política de A.S					

8. INTERSETORIALIDADE

8.1. Há demandas por ações intersetoriais na execução da política de assistência social?

☐ Sim

☐ Não

8.1.1. A demanda por essas ações partem de qual segmento?

☐ Demandas da sociedade civil

☐ Demandas do gestor face ao modelo político de gestão das políticas estaduais e nacionais

☐ Demandas dos técnicos da equipe

☐ Demandas dos políticos locais

8.2. Aponte as políticas que têm articulação com a Política de Assistência Social. Enumere do 1º (maior articulação) ao último (menor articulação) e **NÃO MARQUE** nenhum item caso não haja nenhuma articulação:

☐ Educação

☐ Saúde

☐ Justiça e cidadania

☐ Trabalho

☐ Habitação

☐ Cultura e turismo

☐ Planejamento

() Desenvolvimento da cidade

() Agricultura

() Outras.

Especificar:

Obrigado por sua colaboração

APÊNDICE III

Entrevista aplicada à equipe de Referência do CRAS do Município de Simonésia - MG

Dados do entrevistado

Nome:

Idade:

Qual sua formação?

Possui alguma especialização? Qual?

Qual sua função? E há quanto tempo atua no CRAS?

Tipo de vínculo empregatício com a instituição:

☐ Contrato ☐ Prestador de Serviço ☐ Funcionário público efetivo

1-Quando iniciou suas atividades no CRAS participou de algum curso de capacitação, seminário ou algum evento referente sua função?

☐ Sim ☐ Não Qual?

2-Qual é a sua responsabilidade de trabalho no CRAS?

3-Atualmente existem ações sendo realizadas para a melhora na qualidade dos serviços ofertados pelo CRAS? Se sim, quais?

4-Em sua opinião quais são os objetivos do CRAS?

5-Os objetivos do CRAS vêm sendo alcançados?

☐ Sim ☐ Não ☐ em parte

Como?

6-De acordo com a realidade do município e das famílias cadastradas no CRAS há aspectos referentes à estrutura física, administrativa ou outro que deveriam ser modificados? Quais?

7-Você se considera um profissional reconhecido pelo seu trabalho profissional?

☐ Sim ☐ Não Porque?

8-No seu exercício profissional você interage com outros profissionais?

☐ Sim ☐ Não Se sim, de que forma? Com quais profissionais?

9-A instituição estimula a qualificação profissional? Como?

☐ Sim ☐ Não

10-Há reuniões no local de trabalho afim de interação, otimização dos serviços?

☐ Sim ☐ Não

11- Por que você acha que uma pessoa procura o CRAS?

12- Se você pudesse mudar alguma coisa no CRAS, o que mudaria?

13-A remuneração da equipe do CRAS influencia no trabalho ou na motivação? De que forma?

14-Existem outros fatores que ocasionam a desmotivação no seu trabalho? Quais? Por quê?

15- Como você se julga em relação ao conhecimento da política de Assistência Social?

☐ satisfatório ☐ insatisfatório ☐ a melhorar

Justifique sua resposta:

Sugestões do entrevistado:

Obrigado por sua colaboração